FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

FRANCYMÁRIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO
JARDIANE ALVES DA SILVA
MARIA EDNA VIANA CASTRO
VANESSA DA COSTA SANTOS

PLANEJAMENTO ESCOLAR: uma análise na pré-escola Jardim Cirandinha

Chapadinha
2015

FRANCYMÁRIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO
JARDIANE ALVES DA SILVA
MARIA EDNA VIANA CASTRO
VANESSA DA COSTA SANTOS

PLANEJAMENTO ESCOLAR: uma análise na pré-escola Jardim Cirandinha

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª Esp. Anety Fonteles Alves

Chapadinha
2015

Conceição, Francymária Oliveira da

Planejamento escolar: uma análise na pré-escola Jardim Cirandinha/ Francymária Oliveira da Conceição; Jardiane Alves da Silva; Maria Edna Viana Castro; Vanessa da Costa Santos.- Chapadinha, 2015.

66f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia– Faculdade do Baixo Parnaíba, 2015.

1. Planejamento2. Educação infantil 3. Prática educativa. I. Silva, Jardiane Alves da II. Castro, Maria Edna Viana III. Santos, Vanessa da Costa IV. Título.

CDU 37.014.5(812.1)

FRANCYMÁRIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO
JARDIANE ALVES DA SILVA
MARIA EDNA VIANA CASTRO
VANESSA DA COSTA SANTOS

PLANEJAMENTO ESCOLAR: uma análise na pré-escola Jardim Cirandinha

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para a obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

ANETY FONTELES ALVES (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

(1° Examinador)

_____

(2º Examinador)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos ajudar a enfrentar as dificuldades que foram surgindo no decorrer do caminho. Aos nossos familiares e amigos, por compreenderem nossa ausência durante a realização deste trabalho, sempre nos incentivando para nunca desistirmos.

À Faculdade do Baixo Parnaíba, pela disponibilização de um ambiente propício à busca de conhecimentos com recursos imprescindíveis para realização dos estudos referentes à pesquisa.

Às funcionárias da Biblioteca Profª Lusimar Silva Ferreira, pela paciência e compreensão.

Aos professores com quem nos deparamos no decorrer do percurso, pois nos proporcionaram a oportunidade de sermos pessoas capazes de buscar novos saberes com ampla bagagem teórica.

À nossa orientadora, professora Anety Fonteles, pelo empenho, dedicação e compromisso disponibilizados a este trabalho – estando sempre disposta a nos auxiliar.

"Não há ventos favoráveis à quem não sabe para onde navegar".

Adágio popular

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as formas de planejamento existentes na Educação Infantil, especificamente na pré-escola Jardim Cirandinha localizada na cidade de Chapadinha-MA, bem como analisar sua influência na prática pedagógica da instituição. Para isso, realizou-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica com autores renomados na área, tais como: Gandin (2010), Lück (2013; 2009), Vasconcelos (2006), Libâneo (2008) e Padilha (2008) seguida da investigação no campo já mencionado. A pesquisa deu-se nos turnos matutino e vespertino, com uma gestora, uma supervisora pedagógica e nove professoras do primeiro e segundo período (usa-se o gênero feminino de forma generalizada porque o quadro docente da escola é ocupado exclusivamente por mulheres). A investigação é de cunho qualitativo e os instrumentos para a coleta de dados foram aplicados através de questionários e entrevista. De acordo com a análise das respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa foi possível perceber que o planejamento no espaço pesquisado é coerente, suscita a participação e engajamento de todos tornando-o fator indispensável para a ação educativa destinada às crianças.

Palavras-chave: Planejamento. Educação Infantil. Prática educativa.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the existing planning in early childhood education, specifically in preschool Jardim Cirandinha located in Chapadinha-MA and analyze their influence on teaching practice of the institution. For this, initially made the literature with renowned authors in the field, such as: Gandin (2010), Lück (2013; 2009), Vasconcelos (2006), Libâneo (2008) and Padilha (2008) followed by research in school. The research took place in the morning and afternoon shifts, with a manager, an educational supervisor and nine teachers of the first and second period (we use the female because the teaching staff is exclusively for women). The research is qualitative in nature and instruments for data collection were applied through questionnaires. According to the analysis of the results we realized that planning is coherent and has the participation of all making it indispensable for educational activities of children.

Keywords: Planning. Childhood Education. Educational practice.

LISTA DE QUADROS

p.

Quadro 1 - Tempo de atuação e formação 45
Quadro 2 - Importância do planejamento escolar 46
Quadro 3 - Como acontece o planejamento na escola 46
Quadro 4 - Necessidade do planejamento na pré-escola 47
Quadro 5 - Avaliação do professor quanto ao planejamento 48
Quadro 6 - Contribuição na elaboração e execução do planejamento 49
Quadro 7 - Relevância do Projeto Político Pedagógico 49
Quadro 8 - Importância do planejamento escolar 50
Quadro 9 - Como é feito o planejamento na escola 51
Quadro 10 - Necessidade do planejamento na pré-escola 52
Quadro 11 - É considerado a realidade do aluno no planejamento? 53
Quadro 12 - Como a gestão/supervisão contribui no processo de planejamento 55
Quadro 13 - Recursos utilizados na realização do planejamento 56
Quadro 14 - Influência do planejamento na aprendizagem dos alunos 57

SUMÁRIO

		p.
	LISTA DE QUADROS	7
1	**INTRODUÇÃO**	9
2	**PLANEJAMENTO ESCOLAR NO BRASIL**	11
2.1	**O planejamento enquanto instrumento pedagógico**	15
2.2	**Tipos de planejamento**	17
2.3	**Planejamento participativo e gestão democrática**	19
2.3.1	Projeto político pedagógico	23
3	**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**	25
3.1	**Planejamento na educação infantil**	33
3.1.1	O planejamento na pré-escola	39
4	**PLANEJAMENTO NA PRÉ-ESCOLA JARDIM CIRANDINHA**	42
4.1	**A escola campo**	43
4.1.1	O Projeto Político Pedagógico da escola campo	44
4.2	**Análise dos dados da pesquisa**	45
5	**CONCLUSÃO**	59
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICES	64

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o passado e o presente projetando ações para o futuro faz parte da trajetória humana ao longo da vida. O ato de pensar sobre suas ações é, na verdade, o que pode ser definido como planejamento – ferramenta de organização para o cotidiano do homem.

No que se refere ao planejamento no setor educacional, o ato de planejar age como norteador da prática educativa possibilitando a sistematização dos passos que devem ser seguidos pelo corpo docente, administrativo e pedagógico da escola. Nele são projetados os objetivos, metodologias e recursos devendo ser, ainda, reflexivo, flexível e viável ao dia a dia da instituição, podendo ser reformulado sempre que houver necessidade.

O planejamento educacional é fator decisivo para o progresso ou não do trabalho educacional dependendo da maneira como ele é trabalhado no contexto escolar. A escolha do tema do presente trabalho deu-se durante os estudos da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Infantil – especificamente no processo de observação em pré-escola que antecedeu o estágio. Assim, buscou-se analisar como é feito o planejamento na pré-escola Jardim Cirandinha, uma escola do sistema público do município de Chapadinha-MA.

Intencionou-se verificar, entre outras coisas, se o planejamento realmente ocorre; se é considerado um instrumento pedagógico necessário à atuação docente; se é considerado imprescindível para propiciar condições de aprendizagens significativas ao aluno, ou se é feito meramente com o intuito de suprir a condição imposta pelo sistema educacional.

Inicialmente realizou-se estudos bibliográficos buscando embasamento teórico em autores renomados na área, tais como: Gandin (2010), Lück (2013; 2009), Vasconcelos (2006), Libâneo (2008), Padilha (2008), entre outros.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários, que foram aplicados à nove professoras dos turnos matutino e vespertino da escola campo além de entrevista com uma gestora e uma supervisora. As questões são compostas por perguntas objetivas e entrevista direcionada.

O trabalho está dividido em 05 partes. Inicialmente faz-se uma breve apresentação do tema em estudo e objetivos da pesquisa. Em seguida, aborda-se o

planejamento escolar no Brasil e as leis que o amparam, o planejamento enquanto instrumento pedagógico, os tipos de planejamentos, as diferenças conceituais entre plano e planejamento, planejamento participativo e gestão democrática, o planejamento na Educação Infantil, caracterização da escola campo, o Projeto Político Pedagógico, a análise dos dados da pesquisa, e por fim, são feitas algumas considerações da pesquisa.

2 PLANEJAMENTO ESCOLAR NO BRASIL

O ato de planejar é próprio da vivência humana existindo desde a pré-história quando os homens das cavernas já sentiam a necessidade de organizar sua rotina diária, como: caçar, pescar, plantar e colher alimentos de consumo.

Com o passar dos anos essa prática se tornou ainda mais visível e necessária para a vida dos seres humanos. As pessoas planejam desde coisas simples, como fazer uma viagem ou comprar comida, até qual profissão seguir, onde estudar, como, quando e de que forma realizarão suas ações, e etc.

Dessa forma, segundo Dalmás (2009, p. 23):

> O planejamento relaciona-se com a vida diária do homem. Vive-se planejando. De uma forma ou de outra, de uma maneira empírica ou científica, o homem planeja. Algum grau de planejamento é, e tem sido conatural a toda atividade humana. Sempre que se buscam determinados fins, relacionam-se alguns meios necessários para atingi-los. Isto, de certa forma, é planejamento.

No que se refere ao planejamento educacional funciona basicamente da mesma forma, uma vez que, este contribui na sistematização e organização das práticas que permeiam o sistema educativo onde as ações são rigorosamente elaboradas, seguindo critérios e princípios, visando alcançar os objetivos que foram propostos.

A educação assume um papel de grande relevância na formação e no processo de desenvolvimento do indivíduo perante a sociedade em que está inserido. O ato de planejar ajuda a desencadear o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o planejamento elaborado e executado de maneira adequada funciona significativamente para a formação de cidadãos que a escola deseja formar.

Percebe-se que a educação, em sua essência, nada mais é do que projeto, ou melhor, agrupamentos de projetos, que em certos pontos se divergem, sendo conflitantes e exaustivos, mas em outros, se juntam, sendo desafiadores e possibilitando uma reflexão crítica em prol da superação dos obstáculos existentes no sistema educacional brasileiro.

A educação, e, em especial o planejamento, ao longo de sua trajetória histórica tem passado por mudanças significativas devido às políticas públicas voltadas à uma educação de qualidade. De acordo com Kuenzer, Calazans e Garcia (2009, p. 14, grifos do autor) isso aconteceu mediante a:

> [...] nova Constituição (1988), que nos dará a primazia de discutir e formular uma nova proposta de Planejamento Nacional da Educação. Assim, no momento da *nova* LDB e do novo Plano Nacional da Educação, é necessário que os Sistemas Educacionais se transformem em instrumentos de reordenamentos de novas perspectivas de construção de concepções que venham transformar a Escola num centro capaz de participar do jogo de forças presente na sociedade. [...]

A educação tem avançado cada vez mais. Esse fator de crescimento ocorre através da construção e articulação de documentos com bases formativas e históricas que regem a educação do Brasil, passando, ao longo dos anos, por reformulações com o intuito de proporcionar a todos uma educação de qualidade.

A educação no país é regida por vários órgãos competentes que dão ênfase ao importante papel que o planejamento assume na educação, dentre eles, a LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em cinco artigos fala sobre o planejamento tanto da União, estados e municípios, quanto daqueles elaborados no contexto escolar.

Nesse sentido, segundo Brandão (2010, p. 40-54):

> Art. 9º A União incumbir-se-á de: I – elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; [...]
> Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: [...] III – elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; [...]
> Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados; [...]
> Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]
> Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. [...]

Outra grande conquista do sistema educacional brasileiro foi o PNE – Plano Nacional de Educação. O PNE é um documento de base legal que foi estruturado visando a organização do sistema educacional de ensino, afim de contemplar as necessidades e desafios a serem superados uma vez que tem como prioridade discutir a qualificação dos docentes, o financiamento da educação e a gestão da educação e de suas modalidades. A cada decênio esse documento passa por reformulações onde é verificado se os objetivos e metas foram ou não cumpridos. Com base nesses resultados são então projetadas novas metas e objetivos para outros dez anos.

O atual PNE foi aprovado em 25 de junho de 2014, pela Lei nº 13.005/2014 passando a vigorar entre os anos de 2014 a 2024. Segundo o novo Plano (BRASIL, 2014a, p. 43), as diretrizes que norteiam esse documento são:

> I − erradicação do analfabetismo;
> II − universalização do atendimento escolar;
> III − superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
> IV − melhoria na qualidade da educação;
> V − formação para o trabalho e para a cidadania com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
> VI − promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
> VII − promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
> VIII − estabelecimento da meta de aplicação dos recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
> IX − valorização dos (as) profissionais da educação;
> X − promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O planejamento é fator decisivo para a estruturação e organização das práticas propostas no sistema educacional, relacionando os desejos aos anseios que se quer conquistar referente às propostas de ensino sem deixar de correlacionar a realidade existente com a realidade desejada.

Para que haja uma educação realmente de excelência é necessário que se tenha um planejamento adequado, desde os órgãos competentes até àquele feito pelo professor. Por isso é que ele deve ser encarado com responsabilidade de todos os envolvidos no processo educativo. Para a melhoria da educação o planejamento deve estar em constante transformação e deve ser visto não como algo pronto e acabado, mas como um referencial capaz de subsidiar o trabalho docente podendo, portanto, ser reformulado de acordo as necessidades que aparecerem no decorrer do percurso educativo.

Não se pode falar das atuais concepções de planejamento, sem antes conhecer sua trajetória e influências sofridas ao longo das décadas de acordo com cada período histórico. As mudanças na forma de refletir sobre o planejamento foram sendo cada vez mais frequentes. Kuenzer, Calazans e Garcia, (2009, p. 21) relatam que: “[...] entre as décadas de 70 e 80, o sistema federal de educação tenta, através de planos e projetos, introduzir formas para liberalizar a gestão do processo educativo e mudanças nos procedimentos do planejamento educacional. [...]”.

As transformações educacionais são decorrentes de um processo que se iniciou há muito tempo, uma evolução historicamente construída. No final do século

XX já haviam iniciativas e propostas de melhoria para a elaboração do planejamento, e consequentemente, para a qualidade da educação. Segundo Kuenzer, Calazans e Garcia, (2009, p. 24, grifos do autor):

> Tomando o Plano Nacional de Educação, pautado na Lei de Diretrizes e Bases (1961), plano elaborado em 1962 e revisado em 1965 pelo Conselho Federal de Educação, temos um momento de "concepções liberais"; a este se seguem os planos do período da ditadura (1964 a 1985), todos fundados na perspectiva tecnicista.

A criação da primeira LDB promulgada em 1961 pela Lei nº 4.024, de inspiração liberal, é a primeira que estabelece exigências de formulação e implementação da educação num instrumento planejado. Um dos grandes marcos na educação nacional dar-se graças a implementação desta LDB, pois é somente a partir dela que é iniciada uma educação pautada nos princípios do planejamento.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil, e outros países, começaram a enfrentar problemas gigantescos, que conforme Kuenzer, Calazans e Garcia (2009, p. 36) deveram-se mediante à:

> A conjuntura política e econômica do pós-guerra, com o reordenamento da Europa e do Japão, ajudava a manter a sensação de que a utilização dos mesmos mecanismos usados para a reconstrução dos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial poderia "acelerar" o crescimento econômico do mundo subdesenvolvido. [...] o pós-guerra assiste a uma redivisão dos blocos e zonas de hegemonia política e o mundo subdesenvolvido entra nessa luta como coadjuvante menor. [...] A ideologia do Planejamento então oferecida a todos, no entanto, escondia essas determinações político-econômicas mais abrangentes e decididas em restritos centros de poder. [...] Graças a esses programas de ajuda que se estabelecem, desde então, com maior intensidade, a América Latina e o mundo subdesenvolvido em geral vão buscar nos países centrais ajuda técnica e capitais para financiar projetos e programas que pretensamente apressariam os processos de modernização e aceleração do crescimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, alguns países (entre eles o Brasil), passaram por um processo de mudanças em todos os setores, econômico, social e educacional. Com o intuito de tentar reerguer aquilo que foi desordenado durante os conflitos da guerra, um dos fatores decisivos que ajudaram a levantar o país de tamanha crise foi a criação da Nova Constituição, pois "[...] pode ser este elemento motivador que mobiliza energias e potencializa esforços, ao comprometer-se com uma visão social redistributiva de largo espectro [...]". (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 2009, p. 37).

No período da ditadura militar, a educação brasileira foi extremamente abalada. Os passos dos educadores eram diariamente controlados pelos militares. Estes passaram a vê-los como uma ameaça ao regime, pois naquela época, eles

detinham o poder, e como queriam a qualquer custo continuar no domínio, viam a educação como a única saída da população.

Segundo Kuenzer, Calazans e Garcia, (2009, p. 40-41):

> O Planejamento Educacional no Brasil teve sua credibilidade abalada pelo Movimento de 64. Com efeito, os militares, ao tomarem o poder, passaram a ver em cada professor e em cada especialista em educação, um inimigo em potencial, que deveria ser mantido sob estrito controle e rigorosa vigilância. Desde os discursos do presidente Castelo Branco até o Decreto-lei 477, os governantes nunca deixaram de encarar os educadores em geral como contestadores das medidas que propunham para solucionar os problemas educacionais do país. [...]

Vale salientar que, a escola como espaço de construção de novos saberes deve estar amparada por princípios organizacionais bem estruturados que disponibilizem aos professores e gestores desenvolver com êxito sua prática cotidiana no espaço escolar a fim de propiciar aos educandos o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais a sua plena formação.

Ao analisar o percurso histórico da educação brasileira bem como o do planejamento educacional é visivelmente notório os avanços obtidos através da iniciativa de pessoas que acreditavam que transformar a educação significativamente seria possível apesar dos desafios existentes. Mas percebe-se, também que um longo caminho precisa ser percorrido para que o planejamento seja encarado como fator indispensável por todos que fazem educação, e não apenas como mera burocracia.

2.1 O planejamento enquanto instrumento pedagógico

Instrumentos pedagógicos são os meios utilizados pelos professores para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, tais como, as tecnologias visuais, auditivas, os livros didáticos, entre outros.

São as ferramentas que o professor usa que dão suporte e auxiliam nas aulas. Através desses instrumentos as aulas tornam-se interessantes e interativas. O aluno sente-se motivado a aprender, mas o profissional precisa saber usar essas ferramentas e os rumos a serem tomados para que tudo isso seja efetivado.

O planejamento deve ser, segundo Vasconcelos (2006, p. 60), “um instrumento de transformação da realidade”. Pode-se dizer que o planejamento seja o mais importante dos instrumentos, pois ele precede a prática docente dando um

norte ao professor para determinar as necessidades, os meios a serem usados para alcançar os objetivos e como agir diante dos problemas enfrentados.

O planejamento é visto como um instrumento pedagógico que guia o trabalho do professor, como uma ação transformadora. Quando o planejamento é visto apenas como o preenchimento de fichas com metodologias e objetivos sem colocar o aluno como sujeito principal da ação, ele não será pedagógico.

É durante o planejamento que o professor pensa o que deve fazer para inovar sua prática, os métodos e os recursos adequados para ensinar os conteúdos. O professor que coloca em ação o planejado possui grandes chances de ver seu trabalho tendo retorno, pois é nesse momento em que ele reflete no que faz, como por exemplo, se precisa mudar suas metodologias ou adotar outras, se o conhecimento está chegando ao aluno, e se suas aulas estão sendo atrativas para eles.

Mesmo sabendo da importância do planejamento, ainda existem professores que não planejam suas ações, levando em conta prioritariamente suas experiências vividas ao longo da carreira docente, prevalecendo o ato da improvisação. Segundo Moretto (2011, p. 100): “[...] Há, ainda, quem pense que sua experiência como professor seja suficiente para ministrar aulas com eficiência [...]”.

O fato de o professor possuir muitos anos de carreira não significa que ele tenha experiência suficiente para descartar o planejamento, ele precisa dominar a área de atuação e estar aberto às mudanças, opiniões e perceber que seus métodos podem necessitar de revisões. Nesse sentido, Vasconcelos (2006, p. 47, grifo do autor) afirma que: “[...] não basta dominar o assunto. Planejar ajuda a ‘fluir’ de maneira lógica (o que vem antes, o que vem depois) e significa (o que é relevante, o que está de acordo com realidade e necessidade do grupo) [...]”.

Outra ferramenta que influencia no processo de planejamento é o livro didático. Mas alguns profissionais preferem seguir exclusivamente as orientações do livro didático abdicando do planejamento em si, que como já foi mencionado, é um momento de reflexão para sua prática, prevalecendo essas orientações que nem sempre levam em conta a realidade do aluno e da escola.

O professor precisa conscientizar-se que o livro didático é um apoio para as aulas e que somente o planejamento será capaz de subsidiar uma aula de qualidade, daí a importância deste ser visto como um instrumento pedagógico e não

simplesmente como um documento burocrático, engavetado e jamais posto em prática.

2.2 Tipos de planejamento

Muito comumente se fala em planejamento e plano no meio educacional, seja por professores e gestores das escolas ou pelos órgãos competentes que tem por incumbência a administração dos recursos destinados à educação e sua fiscalização. Conhecer os termos mencionados e saber diferenciá-los, nos seus mais diferentes sentidos, é necessidade básica dos profissionais responsáveis pela educação de modo geral.

De acordo com Vasconcelos (2006, p. 80):

> Planejamento é o processo, contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento. Plano é o produto dessa reflexão e tomada de decisão, que como tal pode ser explicitado em forma de registro, de documento ou não. [...].

O planejamento antecede o plano na medida em que o primeiro é subsídio para que o segundo se concretize e seja efetivado, ou não, na prática para qual foi pensado. Ao se executar determinado plano surgem novas indagações e inquietações. É preciso que se repense aquilo que não funcionou, o porquê de não ter dado certo, carecendo então, de um novo planejamento. Daí emerge a necessidade de sua constância transformando o processo em um ciclo.

Assim como é necessário que se esclareça diferença conceitual e prática entre os termos planejamento e plano sabendo estabelecer correlação entre ambos, é indispensável conhecer os diferentes tipos de planejamentos que se fazem presentes nas mais diversificadas realidades.

Um dos tipos de planejamento mais citados por teóricos contemporâneos e construtivistas é o participativo, aquele que suscita a participação de todos os envolvidos no processo. No caso da escola, o planejamento deve abranger toda a comunidade escolar e local de forma que todos possam dar sua parcela de contribuição.

> O planejamento participativo “se constitui num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado

> à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria". (CORNELY, 1977 *apud* PADILHA, 2008, p. 34-35, grifo do autor).

A participação garante ao planejamento maior autonomia e diversidade de ideias e contextualizações, uma vez que ele se torna democrático na medida em que é participativo sendo visivelmente semelhante ao planejamento coletivo onde ambos prezam a participação, coletividade e democracia.

Enquanto coletivo, o ato de planejar envolve compartilhar determinadas funções entre os envolvidos. Ele "[...] é um processo que combina participação com divisão de tarefas. Quer dizer, que não significa reunir todo mundo para planejar [...] Significa, em outras palavras, organizar as instâncias de tomada de decisões". (MST, 1995, p. 8).

Voltados para as questões educacionais, especificamente, existem vários tipos de planejamento, sendo o educacional mais abrangente já que envolve todo o sistema educacional em seus vários níveis, se caracterizando como um tipo de planejamento que contempla, ou deveria contemplar, todas as realidades, e não se restringe a realidade de uma única instituição. Vasconcelos (1995, *apud* PADILHA, 2008, p. 32), afirma que o planejamento educacional "[...] incorpora e reflete as grandes políticas educacionais [...]".

Já o planejamento escolar contempla todos os elementos referentes ao ato de planejar de determinada instituição de ensino envolvendo desde o seu sistema organizacional e de funcionamento até questões relacionadas às atividades didáticas dos educadores que serão aprofundadas no planejamento de ensino caracterizado como um "[...] processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico [...]". (FUSARI, 1988, p. 10).

Tão importante e necessário quanto os demais, o planejamento das aulas tem sido encarado por muitos como um processo dispensável uma vez que alguns professores alegam ter domínio de conteúdo e sabem exatamente como ministrar uma boa aula, pois sempre fizeram assim.

Vasconcelos (2006, p. 20) apresenta declarações de professores que confirmam a afirmativa:

> Dar aula não é tão complicado assim. Planejar é coisa de quem está começando; eu já tenho experiência. É desnecessário; tenho tudo na cabeça. Já sei o que vou ensinar, está tudo no livro. Eu sempre fiz assim. Em educação o que conta é o amor, a arte, não precisamos destas coisas técnicas. Vou na base da intuição. (VASCONCELOS, 2006, p. 20).

Ao planejar suas aulas o educador deve levar em consideração a realidade das pessoas para quem ele planeja. Analisando o contexto sociocultural no qual estão inseridos, pensar naqueles que apresentam maior dificuldades de aprendizagem, quais metodologias se adequam, uma vez que esse tipo de planejamento "[...] é a tomada de decisões referente ao específico da sala de aula: temas, conteúdos, metodologia, recursos didáticos, avaliação [...]". (MST, 1995, p. 7).

No que se refere ao plano, é imprescindível entendê-lo como parte inerente ao próprio processo de planejamento, porém eles não são unívocos. O plano documentado ou não, resulta do ato de planejar. Ele subsidia determinada ação na medida em que fornece auxílio aos seus executores a fim de norteá-los a seguirem no caminho pré-estabelecido de forma a obter êxito nos resultados.

O plano possibilita maior sistematização daquilo que se deseja alcançar, nele pode ser explicitado os objetivos de uma ação, traçado os métodos utilizados para atingi-la, permite a análise dos resultados, o que precisa ser revisto e discutido, e tudo o que se julgar necessário, podendo ser feito para curto, médio e longo prazo. No espaço da sala de aula ele serve para amenizar, ou sanar o que muito frequentemente se presencia, o ato de improviso.

> [...] o plano evita o improviso, o imediatismo, a ausência de perspectivas, pois ele antecipa, ele prevê. O plano passa a ser um referencial, um norte para ações educacionais [...]. Com o plano é possível então acompanhar o seu desempenho, avaliar se os resultados alcançados foram ou não os esperados, onde houve desvios, quais os problemas enfrentados [...]. (SOBRINHO, 1994 *apud* PADILHA, 2008, p. 36).

No entanto, é relevante salientar que um plano pode, em algum momento, não ser condizente, não se ajustar a determinada situação, carecendo então de adequações, por tanto ao realizar um plano deve-se abrir espaço para a flexibilidade, pois a flexibilidade permite ao plano uma mudança imediata de acordo com as necessidades e especificidades que forem surgindo no decorrer do processo.

2.3 Planejamento participativo e gestão democrática

O planejamento participativo é um processo teórico na medida em que é técnico com objetivos que o indivíduo deseja alcançar e ao mesmo tempo

transformando a realidade em que vive. Na verdade, planejar não é algo isolado, mas uma ação permanente e integrante.

Segundo Gandin (2010, p. 133):

> Trabalhar participativamente significa estar um grupo num processo de construção de suas ideias e de sua prática, de tal modo que todos estejam caminhando no mesmo rumo, com cada pessoa e cada conjunto menor de pessoas realizando suas tarefas próprias. Isto quer dizer que cada um traz suas ideias, sua paixão, seus anseios e suas dificuldades e todos juntos vão organizando este tesouro e decidindo sobre ele a cada momento.

O planejamento participativo no contexto educacional é um processo que abrange um maior número de envolvidos na construção daquilo que a escola almeja. Portanto, ele é um trabalho em equipe, no qual todos participam dando sua parcela de contribuição com intuito de alcançar um objetivo em comum.

Ignez Cunha, segundo Dalmás (2009), enfoca a relação do planejamento participativo e instituição escolar:

> O planejamento participativo é, acima de tudo, uma intervenção na realidade, como um processo de participação social e de construção de uma nova ordem social. Uma instituição escolar em processo de planejamento participativo funciona como uma micro-sociedade que transformando e recriando suas próprias estruturas,a partir e em função de um ideal que quer atingir, vai, pouco a pouco, interferindo na transformação e reconstrução da macro-sociedade. (CUNHA, [s.d.] *apud* DALMÀS, 2009, p. 36).

Para que ocorra um processo de participação social e construção de uma nova ordem é preciso que se planeje em grupo para então influenciar o meio. O estabelecimento escolar em fase de planejamento participativo é comparado a uma pequena sociedade que modifica e refaz suas próprias composições. No contexto educacional, no entanto, só poderá se aproximar do objetivo se intervir e incentivar a mudança e reelaboração da realidade existente.

> [...] As questões da qualidade, da missão e, obviamente, da participação são especialmente valorizadas. Mais do que isto, assumem um caráter de proposta de futuro para a instituição que se planeja, onde está contido um ideal do campo de ação da instituição. [...] (GANDIN, 2010, p. 29).

Quando se fala em planejamento participativo, não se deve esquecer de falar em gestão democrática. Esses dois segmentos da educação precisam estar diretamente entrelaçados, pois ambos são indissociáveis. A gestão de uma escola é quem vai motivar de forma conjunta o que se quer fazer, e logo em seguida, decidir quais objetivos e estratégias para realizar seu planejamento. No entanto, ele só será participativo se houver democracia.

Para Veiga (2000, p. 17-18), gestão democrática é:

> [...] um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.

É necessário que haja um entendimento das dificuldades estabelecidas à realidade da prática pedagógica do educador. Por isso, é indispensável que a gestão democrática faça essa divisão entre ideias e execução de ideias, buscando o resgate do procedimento e do fruto das tarefas pelos docentes.

A democratização da gestão escolar, por sua vez, supõe o conhecimento do grupo em suas decisões podendo acontecer através de instrumentos colegiados e instituições assistenciais de ensino. A participação da comunidade não deve ficar restrita apenas aos processos administrativos, mas ocorrer nos processos pedagógicos que supõem a inclusão da comunidade nas questões pautadas ao ensino.

A gestão participativa de uma escola engloba todos os sujeitos na construção conjunta, mediante a coletividade, onde gestor, coordenador e docentes bem como toda a comunidade escolar refletem juntos sobre o que está ou não dando certo, e logo após, traçam caminhos necessários para a resolução dos conflitos que afligem a instituição. Contribuindo para a qualidade de ensino no espaço é uma equipe que trabalha em prol de objetivos comuns, em que todos têm vez e voz, e utilizam-se do diálogo como forma de chegarem à conformidade.

O (a) gestor (a) que no ato do planejamento busca a interação de sua equipe, que incentiva a participação e colaboração, tem maiores chances de elevar a qualidade de ensino e aprendizagem de seus alunos, e também cria um ambiente de parcerias, em que os sujeitos ali envolvidos contribuem naquilo que lhes compete. Nesse sentido, Libâneo (2008, p. 131-132), afirma que:

> A gestão democrático-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso.

Uma instituição escolar democrática e participativa prioriza o trabalho em equipe, focaliza suas práticas através da contribuição que cada um de seus membros tem a oferecer e vê o professor como um dos principais responsáveis na

elaboração de ações destinadas aos alunos, haja vista que ele conhece as peculiaridades de cada um.

Uma gestão em que na ação de planejar, sabe delegar funções, que leva em conta a participação e a interação do corpo administrativo e docente de uma escola, sem dúvidas desenvolve um trabalho mais significativo e tem maiores oportunidades de conseguir os objetivos propostos, na medida em que compartilha os anseios e necessidades, certamente terá ajuda para a resolução destes.

Não basta que a gestão de uma escola induza os seus membros a participarem do planejamento apenas de forma mecânica, cabendo-lhes somente o cumprimento de regras preestabelecidas pelo gestor, sem que possam opinar sobre seu ponto de vista em relação ao assunto em pauta, mas é necessário que desempenhe uma construção conjunta daquilo que a escola almeja.

Como afirma Libâneo (2008, p. 143-144):

> [...] a gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da participação e às suas formas externas: as eleições, as assembleias e reuniões. Ela está a serviço dos objetivos do ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, a adoção de práticas participativas não está livre de servir à manipulação e ao controle do comportamento das pessoas, as quais pessoas podem ser induzidas a pensar que estão participando quando, na verdade, estão sendo manipuladas por interesses de grupos [...].

A gestão democrática e participativa estimula a cooperatividade, a interação entre sujeitos, valoriza o desenvolvimento individual de cada profissional possibilitando, a todos, envolvimento nas ações decisórias da instituição. Referente ao assunto, Lück (2013, p. 30) diz que:

> [...] é importante que a participação seja entendida como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, uma vez que caracterizado pelo interapoio na convivência do cotidiano da gestão educacional, na busca, por seus agentes, da superação de suas dificuldades e limitações do enfrentamento de seus desafios, do bom cumprimento de sua finalidade social e do desenvolvimento de sua identidade social.

É de suma importância que os profissionais que trabalham em uma instituição de ensino tenham consciência de sua influência no contexto em que atuam, e de seu dever de intervir naquilo que lhe convém, mesmo que não haja iniciativas por parte de seus sucessores, devendo prevalecer em primeiro lugar a função social na qual se dispuseram a fazer, honrando assim, seu compromisso de construtor de conhecimento.

> No âmbito interno das escolas, é fundamental promover formas consensuais de tomadas de decisões, o que implica a participação dos

> sujeitos envolvidos, como medida de prevenção de conflitos e resistências que possam obstruir a implementação das medidas consideradas necessárias. (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

A efetiva participação na arte do planejamento pressupõe a interação de ideias, de necessidades e de discussões onde são projetados novos horizontes, novos rumos que visem um efetivo progresso na qualidade do ensino e da aprendizagem desenvolvendo, ainda, um espírito de harmonia, pois quanto mais pessoas interagem em prol de uma meta comum, maiores são os resultados positivos desse processo tendo em vista a concretização daquilo que foi estabelecido.

2.3.1 Projeto Político Pedagógico

É o PPP – Projeto Político Pedagógico, que define a identidade de uma escola juntamente com sua função social. Ele indica caminhos para a superação das dificuldades, sendo assim, é também um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

> O Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2006, p. 169).

É um projeto porque reúne propostas de ação concretas a se executar durante determinado período de tempo. É político por que considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

É um referencial que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e familiares. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota, e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

> O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2000, p. 13-14).

Sendo assim, ele se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros do corpo escolar devem consultar a cada tomada de decisão. Uma escola que tem o PPP como fundamento para nortear suas ações é capaz de desenvolver um trabalho mais significativo. Por isso, é de suma relevância que cada escola tenha o seu, e mais importante ainda, que o mantenha atualizado. “A implementação de projeto político-pedagógico próprio é condição para que se afirme [...] a identidade da escola, como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania”. (VEIGA, 2000, p. 49).

> Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para capitar e interferir nessas mudanças. (VEIGA, 2000, p. 92).

Pode-se perceber que um Projeto Político Pedagógico sozinho não conseguirá resultado, é preciso que haja o engajamento de todos os envolvidos no processo. Ele, uma vez bem elaborado, certamente contemplará a realidade existente no cotidiano da escola e auxiliará os educadores a desenvolver sua prática de maneira significativa, aproveitando cada oportunidade de transformação.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil teve relevância a partir do século XIX, com a “escola infantil” de Owen e posteriormente com o “jardim de infância” de Froebel. Para fazer a análise de sua trajetória histórica é necessário conhecer também, a história do ator principal – a criança.

Para discorrer sobre a criança é necessário conhecer o que é infância, e saber o conceito de ambos. Infância é uma fase da vida que vai do nascimento até a adolescência, e a criança é o ser humano que faz parte dessa fase. Hoje, a criança usufrui de vários direitos. É vista como um ser social que precisa de cuidados e educação, mas nem sempre foi assim.

Partindo da Idade Média, compreendida entre os séculos X e XV, a sociedade ignorava a criança, não existia um sentimento de infância, ela não vivia sua infância por completo, quando não precisava mais dos cuidados da mãe ou da ama (serva encarregada de cuidar das crianças) ela passava a conviver com os adultos em reuniões e festas, era considerada um adulto em miniatura.

“A educação tinha como centro a família. Tanto na antiguidade como na medievalidade, a família era o primeiro lugar de socialização da criança [...]” (COSTA; SANTA BÁRBARA, 2008, p. 1). O menino ficava na casa do pai até os sete anos de idade, após essa idade ia viver com um nobre que lhe ensinava a arte da guerra. A menina também vivia na casa da mãe até os sete anos onde aprendia os afazeres domésticos, a tecer e fiar, em seguida vivia com outra família onde esperava o matrimônio.

Esse era o costume da época, enviar os filhos a outras famílias para que aprendessem e encarasse a vida adulta, a infância não era valorizada. Percebe-se que não existia um cuidado frequente dos pais em relação às crianças, é como se a infância, fase essencial na vida da pessoa, fosse abolida, sem chances para ser vivida.

No final do século XV e começo do século XVI, a criança começa ser vista de outra maneira, a sociedade é cobrada sobre os cuidados que devem ser dados às crianças e ao direito delas de permanecer perto dos pais, recebendo amor e dedicação, a concepção de infância foi mudando em passos curtos ao longo do século, a criança foi ganhando mais espaço na família.

No século XVII, começam a surgir preocupações com a educação das crianças, embora muitas famílias educassem seus filhos até os sete anos, passando a responsabilidade para outras famílias. Foram organizadas escolas para crianças maiores de seis anos, onde aprendiam a ler e escrever. As crianças que antes aprendiam somente com o convívio familiar passavam a serem mandadas para conventos e os meninos para internatos.

Durante a Revolução Industrial no século XVIII, as crianças sofreram com o abandono dos pais, os maus tratos e a situação de pobreza extrema, e com todos esses agravantes surgiram às pré-escolas em resposta a estas situações. Mas, a educação e assistência à criança só adquiriu destaque após a Revolução Industrial. “[...] Nesse momento, a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados [...]”. (OLIVEIRA, 2011, p. 62). O mesmo não acontecia com as crianças das camadas pobres.

O filósofo Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi contra a prática de algumas famílias em delegar a educação dos filhos a preceptores, combatia preconceitos e autoritarismo, criando uma proposta educacional que os combatessem. Defendia uma educação livre, onde as crianças exercessem suas capacidades e aprendessem o que tinha capacidade para saber e não o que tinha permissão para tal.

Pestalozzi (1746-1827) seguiu as concepções de Rousseau. Acreditava nas potencialidades que todas as crianças tinham, até mesmo as mais pobres, e através do amor poderiam ser descobertas o que cada uma carregava consigo. Borges (2015, p. 3) diz que Pestalozzi defendia a ideia de que: “[...] a educação deveria ter como meta a elevação do ser humano à verdadeira dignidade de um ser espiritual, alvo este que pode ser atingido apenas através da educação motivada pelo amor. [...]”

A educação das crianças deveria ocorrer em um local mais natural possível, devendo ser valorizado e colocado em ação o que a criança possuía dentro de si, pois contribuiria para o desenvolvimento infantil.

Em 1767, na França, um Pastor protestante chamado Jean Frederick Oberlin junto com sua esposa Madeleine Oberlin fundou uma escola que atendia crianças a partir de dois anos de idade, a escola era chamada de escola do tricô,

pois enquanto as crianças brincavam, ouviam histórias, faziam trabalhos manuais e atividades orais aprendendo palavras através de figuras, sua esposa e também outras educadoras faziam tricô.

> O modelo foi copiado e praticado em mais cinco vilas francesas, antes da morte de Oberlin, em 1826. Apesar do modelo nunca mais ter sido praticado ou adaptado, Oberlin continua, no entanto, a ser apontado por muitos como o precursor da educação de infância no mundo. (SPODECK, 2002 *apud* TAVARES, 2010, p. 29).

O europeu Robert Owen, em 1816, criou a “Escola Infantil” na Escócia, perto dos moinhos. Tinha como objetivo cuidar e educar as crianças, e atendia principalmente os filhos dos operários dos moinhos. Outro objetivo dessa escola era:

> [...] preparar as crianças para um novo tipo de sociedade que Owen preconizava. Os escritos de Owen para uma nova sociedade e da educação para tal sociedade espalharam-se pela Europa e Estados Unidos e, a partir de 1820, várias escolas infantis foram criadas. Embora sua iniciativa tenha sido bem aceita nos Estados Unidos e nos países da Europa, em meados de 1830, o movimento das escolas infantis já havia acabado. (VANTI, 2015, p. 3).

Nota-se que já havia uma preocupação com o tipo de formação que as crianças deveriam ter, pois em um futuro não tão distante elas seriam vistas com maior importância pela sociedade. Owen queria preparar a criança para essa sociedade e através da educação isso poderia acontecer.

As ideias de Pestalozzi foram levadas a diante por Froebel (1782-1852) que criou em 1837 um kindergarten (jardim de infância) onde as crianças eram comparadas a uma semente que, se plantada, adubada, regada e exposta a condições favoráveis, desabrochariam, estariam livres para aprender sobre o mundo. Froebel defendia a ideia de que a criança aprenderia bastante pelo jogo, por suas vantagens intelectuais e morais.

As ideias de pensadores como Rousseau, Pestalozzi, Froebel, entre outros, servem como subsídio até hoje para professores e sistemas de ensino de Educação Infantil repercutido inclusive no Brasil.

Assim como muitos movimentos sociais existentes em nosso país, a Educação Infantil no Brasil também segue o contexto mundial, com algumas especificidades que lhes são intrínsecas, dependendo da cultura e do meio existente. E em alguns casos até com certo retardo com relação aos demais países considerados desenvolvidos.

Hoje, ainda, se difunde a ideia de um estilo assistencialista com relação à Educação Infantil, e a concepção de cuidar desvinculada do educar. Essa percepção

não se deu de uma hora para outra, isso tudo deriva de ideias historicamente construídas que se difundiram por vários lugares do país.

Na primeira metade do século XIX, o atendimento às crianças longe do convívio familiar era escasso no Brasil, situação essa que veio, segundo Oliveira (2011, p. 91), "[...] se modificar um pouco, no [...] período da abolição da escravatura no país", quando houve um aumento da massa populacional nos grandes centros urbanos.

Após o período da abolição houve um grande número de crianças abandonadas por seus pais, o que suscitou a criação de creches e asilos de caridade, nada relacionado ao caráter educacional, por enquanto.

> O que se observa nas soluções apontadas é a presença de um discurso de medicamentação a respeito da assistência aos infantes, o qual atribuía à família culpa pela situação de seus filhos. Por outro lado, o projeto social de construção de uma nação moderna, parte do ideário liberal presente no final do século XIX, reunia condições para que fossem assimilados, pelas elites do país, os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas, elaborados no centro de transformações sociais ocorridas na Europa e trazidas ao Brasil pela influência americana e europeia [...]. (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Os jardins de infância, que existem até hoje no Brasil, também se originaram de ideias e concepções vindas de fora, de movimentos fortemente vinculados à educação, e que em parte, foram bem aceitos por alguns educadores, que acreditavam que a ação influenciaria no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, e entendidos por outros como mero espaço para guardar as crianças, algo comparado a um deposito de crianças carentes.

Os primeiros jardins de infância do país foram criados e mantidos por iniciativas privadas, sendo os de ordem pública criados apenas alguns anos mais tarde, tendo como público alvo "[...] crianças dos extratos sociais mais afortunados, com desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada em Froebel". (OLIVEIRA, 2011, p. 93). Nesse período já se falava em Educação Infantil como parte integrante e primeira etapa do ensino existente na época.

O processo de industrialização, acompanhado da urbanização, ambos ocorridos no início do século XX, provocou mudanças no meio familiar existente, momento em que houve a inserção feminina no mercado de trabalho, mesmo em condições indignas, precárias e com salários baixíssimos, o que gerou um conflituoso problema, pois essas operárias não tinham com quem deixar os filhos pequenos.

Muitos trabalhadores da época, entre as décadas de 1920 e 1930, estavam insatisfeitos com as condições desumanas as quais eram submetidos durante a longa e árdua jornada de trabalho, alguns deles tiveram iniciativas de reivindicar por melhores condições de trabalho, procuravam parceria nos sindicatos e criaram movimentos, foram inúmeras as causas das insatisfações, entre elas "[...] estava a da existência de locais para guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães [...]" (OLIVEIRA, 2011, p. 96), mesmo a ideia não sendo unânime entre os movimentos.

Alguns donos de fábricas, com o objetivo de diminuir os movimentos operários e ter melhor aplicação da mão de obra, foram aos poucos, cedendo às reinvindicações dos trabalhadores, inclusive, à ideia da criação de um espaço para deixar os filhos das operárias, ainda que de forma escassa.

> O fato de o filho da operária estar sendo atendido em instituições sociais montadas pelas fábricas passou, até, a ser reconhecido por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar um aumento de produção por parte da mãe. Todavia, tanto o discurso dos patrões, como do próprio movimento operário enalteciam um ideal de mulher voltada para o lar, contribuindo para que as poucas creches criadas continuassem a ser vistas como paliativos, como situação anômala. (OLIVEIRA, 2011, p. 96-97).

A educação pré-escolar ganhou ênfase no início da década de 1930, quando se originou o Manifesto Pioneiros da Educação Nova, que defendia entre tantas questões, a concepção de que a educação é de obrigatoriedade do poder público.

Foram travadas amplas discussões sobre a questão da educação de crianças, mas ainda pouco relacionado a educação dos filhos das operárias, crianças pertencentes às classes populares que ficavam em lugares chamados segundo Oliveira (2011), de "parques infantis", priorizando as elites.

Segundo Oliveira (2011, p. 99):

> [...] o debate acerca da renovação pedagógica dirigiu-se mais aos jardins de infância onde estudavam preferencialmente as crianças dos grupos sociais de prestígio do que aos parques infantis, onde as crianças dos meios populares eram submetidas a propostas de trabalho educacional que pouco tinham em comum com os preceitos escolanovistas. Surgiram novos jardins de infância e cursos para formar seus professores, mas nenhum deles voltado ao atendimento prioritário das crianças de camadas populares.

Do início do século XX até a década de 1950, poucos foram os avanços obtidos no país com relação à educação de crianças predominando ainda, a ideia de caridade aos mais pobres. As poucas creches existentes eram mantidas por

entidades de filantropia, doações de pessoas com um alto poder aquisitivo, e depois de um tempo passou a receber ajuda do governo.

Um importante avanço se deu em 1961 com a promulgação da Lei 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que "[...] aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância: sua inclusão no sistema de ensino [...]". (OLIVEIRA, 2011, p. 102).

Em meados dos anos 1960 este nível de ensino ganha maior destaque devido principalmente ao crescimento do setor industrial visando a permanente necessidade dos pais trabalharem e não terem um local propício onde pudessem deixar seus filhos. Houve então um aumento dessas instituições devido à grande demanda.

Nesse período seu foco principal era preparar as crianças para assumir posteriormente serviços ligados às indústrias, por isso essas entidades influenciadas por uma pedagogia tecnicista queriam apenas qualificar pessoas para trabalhar como técnicos não se preocupando com a formação cidadã das crianças.

Oliveira (2011, p. 108, grifo do autor) diz que: "na década de 70 teorias elaboradas nos Estados Unidos e na Europa sustentavam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam de 'privação cultural' e eram invocadas para explicar o fracasso escolar delas".

Foi então percebido o quão desprovido de uma educação de qualidade estavam os menos favorecidos. Estudos e discussões como essas contribuíram significativamente para o avanço do que hoje é entendido como Educação Infantil. Esta, ao longo das décadas, vai garantindo seu espaço como instituição educativa. Isso se dá através de iniciativas de órgãos competentes junto a outros segmentos sociais.

Como afirma Oliveira (2011, p. 110):

> O aumento da demanda por pré-escolas iniciou, na década de 70, o processo de municipalização da educação pré-escolar pública, com a diminuição de vagas nas redes estaduais de ensino e sua ampliação nas redes municipais, política intensificada com a aprovação da Emenda Calmom à Constitucional Nacional (1982), que vinculava um percentual mínimo de 25% das receitas municipais a gastos como o ensino em geral. Em 1972 já havia 460 mil matrículas nas pré-escolas em todo o país.

Os anos de 1970 foram de grande valia para o crescimento da Educação Infantil no país ocorrendo nessa época uma expansão das creches e pré-escolas

onde este nível de ensino que até então era muito procurado nas escolas estaduais, passou a ser mais frequente a demanda nas instituições municipais.

Essas entidades ainda eram vistas apenas como assistencialistas o que gerou, na época, grandes discussões acerca desta problemática. “[...] Em 1974, o Ministério da Educação e Cultura criou o Serviço de Educação Pré-Escolar e, em 1975, a Coordenadoria de Ensino Pré-Escolar”. (OLIVEIRA, 2011, p. 111).

Nas décadas de 1980 e 1990 em decorrência de inúmeras demandas que cercavam a educação de crianças de 0 a 3 anos houve a necessidade de uma divulgação que chamasse a atenção das autoridades e da população para um problema que afetava o desenvolvimento dos alunos nos outros níveis de ensino.

De acordo com Oliveira (2011, p. 116):

> [...] como estratégia para reverter os altos índices de retenção escolar na primeira série da escolaridade obrigatória, começaram a ser apresentados programas de educação infantil pela televisão, como, por exemplo, o Projeto Curumim no início dos anos 80 e o programa Rá-Tim-Bum, já no início dos anos 90, ambos transmitidos pela TV Cultura de São Paulo. Elaborados por pedagogos e outros técnicos e seguindo uma tendência experimentada em outros países, buscavam atingir também as crianças que não frequentavam a pré-escola. Com isso, a educação infantil chegava a um número maior de crianças, pelo menos até às que tinham acesso à televisão.

A Educação Infantil é um processo contínuo, está sempre passando por mudanças significativas, se transformando de acordo com cada período histórico, e ao longo de seu percurso, foi aperfeiçoando-se com o propósito de suprir as necessidades da clientela.

Um grande avanço que possibilitou alavancar de vez a Educação Infantil no país foi a promulgação da Lei nº 9.394/96, que constituiu a atual LDB. Este documento caracteriza e especifica em seus artigos 29, 30 e 31 onde e como deve ser oferecido esse nível de educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, os artigos 29 e 30 dispõem que:

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
> Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL, 2014b, p. 21).

Nos dias atuais existem diversos documentos que regem a Educação Infantil no país, a maioria tem por finalidade orientá-la dentro dos padrões e dos critérios propostos no que se refere às questões qualitativas.

Em 1998 foi inserido entre os documentos que norteiam essa primeira etapa da educação básica, o RECNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, ganhando uma discussão especial em meio à preleção de teóricos da área e durante os cursos de formação de professores.

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006, p. 36):

> No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil [...], o ambiente físico é expresso como devendo ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de crianças, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores.

Esse referencial, em seus três volumes, apresenta diversas orientações pedagógicas que devem ampliar a visão do educador infantil com relação às capacidades das crianças em cada nível do desenvolvimento, tanto o cognitivo, como o afetivo e o social comtemplando, ainda, questões referentes à estrutura física dos espaços onde a educação é oferecida.

Atualmente a Educação Infantil no país também é contemplada pelo Plano Nacional de Educação com vigência até 2024; documento este que apresenta vinte metas previamente analisadas, discutidas e direcionadas à educação nacional. Assim, segundo o PNE (BRASIL, 2014a, p, 33) a primeira meta tem por objetivo:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Ao analisar o percurso da Educação Infantil no Brasil, do século XIX até os dias atuais, se tornam nítidos os avanços já obtidos com relação a esse nível de ensino, entendido como necessidade e direito da população no que se refere às questões cognitivas e psíquicas, e não simplesmente ao cuidado e proteção.

Oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças de zero a cinco anos de idade, que favoreça seu desenvolvimento integral, ainda é um sonho, mas, entender sua necessidade e apresentar metas para a ampliação da Educação Infantil no país é um caminho para a generalização em um futuro não tão distante.

3.1 Planejamento na educação infantil

A Educação Infantil se caracteriza como a primeira etapa da educação básica, estando dividida em creche e pré-escola. É nessa fase que deve ocorrer satisfatoriamente o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, afetivo, cognitivo, emocional, social e psíquico, sendo dessa forma, não somente preparação para ingresso no Ensino Fundamental, mas para toda sua vida escolar, pessoal e profissional enquanto sujeito participante de uma sociedade complexa que vive em meios às grandes transformações, desigualdades e conflitos resultantes da ação humana.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, afirma que:

> A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2014b, p. 21).

Para garantir o cumprimento da lei acima, faz-se necessário que haja comprometimento e o engajamento de todos os profissionais da Educação Infantil. O planejamento, nesta perspectiva, se torna fator amplamente indispensável na medida em que norteia o processo de ensino e aprendizagem das crianças no espaço institucionalizado, assim, o educador tem consciência de sua função social, um ser que auxilia o processo de transformação realizando múltiplas atividades no espaço em que atua.

Segundo O Referencial Curricular para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 41):

> [...] Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças, a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

O ato de planejar é fator indispensável para a organização de ações executadas no contexto da Educação Infantil, a fim de alcançar um objetivo final, podendo ser realizado de forma sistemática contribuindo, assim, na prática docente.

Em se tratando do contexto educacional, o planejamento é base essencial, a pedra angular, que subsidia a prática pedagógica, uma vez que abre

caminhos e apresenta meios necessários para que o professor possa construir o conhecimento em parceria com seu aluno de forma significativa.

Nesse sentido, Moretto (2011, p. 48) afirma que:

> No planejamento de suas atividades pedagógicas o professor precisa fazer escolhas sobre modelos de relação entre professor e aluno. Estas escolhas formam as bases dos processos de ensino e de aprendizagem. A este conjunto de escolhas teóricas que orientarão a prática docente estamos chamando de fundamentos didático-pedagógicos. [...]

Como afirmou Moretto, ao planejar o docente deve realizar uma reflexão, fazendo escolhas e tomando decisões condizentes com sua forma de relacionar-se com os alunos, por isso a prática do planejamento se faz obrigatória.

> O professor prepara as aulas com esmero e as desenvolve com competência. A consequência esperada deste seu ato: os alunos aproveitam o tempo, aprendem, se motivam; serão bons profissionais, terão sucesso na vida e poderão ser felizes. Então, preparar as aulas e ministra-las com eficiência é agir segundo a ética do professor. Por outro lado, quais seriam as consequências do comportamento de um docente que não prepara suas aulas, pois argumentam que já conhecem os conteúdos e isso lhes basta, já que, grande a carga-horária e não tem tempo para atualizar-se? [...]. (MORETTO, 2011, p. 65).

Ensinar requer compromisso e dedicação por parte do professor, principalmente na Educação Infantil, pois sua maneira de agir implica diretamente com o desenvolvimento de seus alunos. O educador comprometido com a prática propicia aos alunos um desenvolvimento integral. Ele é aquele que planeja e coloca em prática, que cria e recria, a fim de promover competências e habilidades nos educandos.

Percebe-se que a Educação Infantil proporciona o desenvolvimento integral das crianças a quem dela tem acesso. Portanto, ela assume papel decisivo na formação e na identidade das crianças de até cinco anos de idade.

É notória a importância que o planejamento tem sobre a educação, e por esta razão faz-se necessária uma ação docente bem elaborada. Tal planejamento deve ser organizado conforme as necessidades de cada criança, e cuidadosamente executado a fim de alcançar aquilo que foi inicialmente proposto. Uma das melhores formas de se planejar aulas para crianças de zero a cinco anos é através das brincadeiras, pois isso à medida que elas brincam também aprendem, sendo que a brincadeira já faz parte da vida cotidiana das crianças.

Referente ao assunto, o Referencial Curricular para Educação Infantil – RECNEI, diz que:

> Nas brincadeiras as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer algumas de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se, ainda, fragmentados [...]. (BRASIL, 1998, p. 27).

Antes da elaboração do planejamento é importante que o professor faça um diagnóstico de seus alunos com intuito de conhecer as características individuais de cada um deles podendo, assim, projetar suas ações de maneira sistemática condizente com as especificidades do público alvo. Uma das melhores formas de fazer esse diagnóstico é através da análise dos registros.

De acordo com Warschauer (1993 *apud* Lopes, 2009, p. 32):

> O registro é um grande instrumento para a sistematização e organização dos conhecimentos. É também a possibilidade de que a Roda não se feche em si mesma, mas se abra para mundo. Através de textos, os conhecimentos ali gestados podem, por exemplo, atingir outros grupos.

Os registros proporcionam uma compreensão mais aprofundada do grau de desenvolvimento em que o aluno se encontra, isto é, uma ferramenta que ajuda o professor a conhecer o passado e consequentemente projetar o futuro, uma vez que pressupõe o conhecimento da realidade escolar do aluno. O profissional que leva em conta este documento certamente realizará aquilo que quer alcançar. Parte das concepções anteriormente adquiridas pelos alunos a fim de juntá-las a outras posteriores promovem, em sua prática, a construção de novos saberes significativos tanto para os alunos quanto para o educador.

O ato de registrar está intrinsecamente ligado ao ato de planejar, uma vez que ambos auxiliam o docente em sua prática educativa favorecendo a sistematização das ações a serem desencadeadas pelo professor e servindo de suporte para a execução das etapas inicialmente elaboradas. Lopes (2009) considera o registro fundamental para desencadear o trabalho do professor. Tal documento não deve conter, segundo Lopes (2009, p. 64):

> [...] apenas conteúdos e atividades, mas também emoções, sentimentos, movimentos próprios das crianças, do contexto da pré-escola e do professor polivalente, que acompanha um grupo específico por todo ano letivo. Nos registros aparecem então, as especificidades da criança, do educador e da instituição de Educação Infantil.

É nítida a relevância que o registro exerce sobre a Educação Infantil, em especial a pré-escola haja vista que ele consegue englobar todos os sujeitos do

processo educativo possibilitando, também, uma leitura crítica acerca do contexto das crianças, percebendo seus anseios e necessidades não só no que se refere às atividades pedagógicas, mas da evolução emocional, sentimental, das interações e conceitos de lateralidade. Tudo isso é sem dúvidas fator indispensável no processo de mudanças e de novas conquistas a todos os envolvidos.

Lopes (2003 *apud* LOPES, 2009, p. 115), diz que o plano de ensino é o "registro inicial de intenções, que inclui explicitação de objetivos, conteúdos, expectativas de aprendizagem, etapas previstas de uma sequência didática, formas de avaliação".

O registro das ações executadas pelo educador é visto como algo que contribui para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem na Educação Infantil proporcionando uma prática pedagógica condizente com a realidade em que os alunos se encontram e tornando as aulas mais prazerosas.

É mediante o registro que o docente consegue fazer um diagnóstico preciso, e, consequentemente, planejar suas atividades conforme as possibilidades de cada um. Tudo isso é fundamental para que esse profissional consiga organizar adequadamente seus afazeres pedagógicos.

Para que esta organização do trabalho pedagógico de fato ocorra é cabível que o professor planeje cada etapa de suas atividades. Uma das formas para que isso aconteça é fazer com que os alunos aprendam em situações orientadas, pois permite às crianças trabalharem com diversos conhecimentos. Para tanto é necessário que estas situações estejam explicitadas em sua proposta pedagógica haja vista a necessidade de organização do tempo.

> A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizada no tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagem orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas. [...] propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de projeto que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam desenvolver aprendizagens específicas. (BRASIL, 1998, p. 54-55).

Ao planejar o educador necessita ter uma preocupação com a forma de organização do tempo aproveitando-o o máximo possível, por isso, a rotina é uma das melhores formas de aproveitamento do tempo pedagógico do professor na medida em que possibilita passo a passo o desencadeamento das atividades no espaço da sala de aula onde tais atividades são elaboradas conforme cada objetivo

a ser almejado, respeitando as especificidades dos educandos e proporcionando-lhes um desenvolvimento gradativo. Na rotina diária deve estar explicitadas as atividades.

O RECNEI refere-se às atividades permanentes como:

> [...] aquelas que respondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças, cujos conteúdos necessitam de uma constância. A escolha dos conteúdos que definem os tipos de atividades permanentes a serem realizadas com frequência regular, diária ou semanal em cada grupo de crianças depende das prioridades elencadas a partir da proposta curricular [...]. (BRASIL, 1998, p. 55).

As atividades permanentes são uma das formas de planejamento onde o educador sistematiza suas aulas. Elas referem-se aos aspectos fundamentais que norteiam a prática docente uma vez que elas têm como princípio o cuidado e as metodologias de trabalho que vão de acordo com o assunto em pauta. Exemplo dessas atividades são as rodas de conversa, oficinas teatrais, brincadeiras extraclasse, cuidados com o corpo, entre outros. Essas atividades auxiliam o professor a transmitir o ensino de maneira lúdica.

As atividades permanentes visam concretizar de maneira sistemática os conteúdos a serem trabalhados, seguindo critérios de acordo com o grau de importância de cada um deles estabelecidos pela proposta curricular, promovendo então, a assimilação destes conteúdos por parte dos educandos e permitido, ainda, que sejam significativos para o desempenho dos alunos na medida em que conseguirem transformar sua realidade.

Planejar na Educação Infantil é tarefa bastante complexa, portanto, deve ser uma ação cuidadosamente elaborada e as tarefas feitas seguindo uma lógica sequencial. Nesse sentido, de acordo com o RECNEI:

> São planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São sequenciadas com intenção de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir paulatinamente resolvendo problemas a partir de diferentes proposições. Estas sequências derivam de um conteúdo retirado de um dos eixos a serem trabalhados e estão necessariamente dentro de um contexto específico. (BRASIL, 1998, p. 56).

As atividades sequenciadas dão subsídio para que os alunos adquiram conhecimento gradativamente, respeitando os limites e as peculiaridades de cada um. Assim, sua evolução vai ocorrendo na medida em que vai compreendendo os conteúdos propostos, pois nada adianta se o professor preocupar-se apenas com a transmissão de conteúdos sem levar em consideração a aprendizagem do educando

uma vez que o ensino e a aprendizagem devem ser indissociáveis – uma depende fundamentalmente da outra haja vista que não existe ensino sem aprendizagem, tampouco aprendizagem sem ensino.

Outra maneira que sucede o planejamento de atividades na Educação Infantil é através de projetos. Estes trabalham de acordo com cada área do conhecimento. É uma atividade que envolve não somente o professor, mas todos os demais segmentos da escola. Ele é feito em parceria e o tema escolhido de acordo com a realidade e interesse da escola relacionando-se com a vida social de todos os envolvidos desde a escola até a comunidade em geral.

> Os projetos são conjuntos de atividades que trabalham com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organizam ao redor de um problema para resolver ou um produto final que se quer obter. Possui uma duração que pode variar conforme o objetivo, o desenrolar das várias etapas, o desejo e o interesse das crianças pelo assunto tratado. Comportam uma grande dose de imprevisibilidade, podendo ser alterado sempre que necessário, tendo inclusive modificações no produto final. [...] Por partirem sempre de questões que necessitam ser respondidas, possibilitam um contato com as práticas sociais reais. Dependem, em grande parte, dos interesses das crianças, precisam ser significativos, representar uma questão comum para todas e partir de uma indagação da realidade. É importante que os desafios apresentados sejam possíveis de serem enfrentados pelo grupo de crianças. (BRASIL, 1998, p. 57).

A concretização de um projeto pedagógico dar-se a curto e longo prazo na qual acontece mediante etapas e estas devem ser decidas juntamente com a criança podendo ser revistas e modificadas sempre que houver necessidade a fim de conquistar os objetivos a princípio propostos.

O planejamento escolar direcionado às crianças como um processo contínuo deve partir de uma reflexão crítica da prática pedagógica. Ostetto (2015, p. 2) caracteriza o planejamento baseado em listas de atividades relatando que:

> Esse tipo de planejamento poderia ser considerado um dos mais rudimentares, pois está baseado na preocupação do educador em preencher o tempo de trabalho com o grupo de crianças, entre um e outro momento da rotina (higiene, alimentação, sono, etc.). O professor busca, então, organizar vários tipos de atividades para realizar durante cada dia da semana. Dessa forma, como seu planejamento é diário, vai listando possíveis atividades para as crianças desenvolverem [...].

Em pleno século XXI existem profissionais descompromissados com seu trabalho, não se dispõem em inovar e as metodologias de ensino continuam exatamente iguais mesmo os alunos sendo outros e a realidade socioeconômica e cultural também. Tais professores planejam somente como forma de passar o tempo não estando preocupados com o desenvolvimento dos alunos. Outro de tipo

planejamento de acordo com Ostetto (2015, p. 3) é o planejamento feito através de datas comemorativas:

> Nessa perspectiva, o planejamento da prática cotidiana é direcionado pelo calendário. A programação é organizada considerando algumas datas, tidas como importantes do ponto de vista do adulto. Também aqui são listadas várias atividades, só que as mesmas se referem a uma data específica, a uma comemoração escolhida pelo calendário [...].

Esse planejamento leva em conta aquilo que os adultos julgam importantes. Pois é baseado em acontecimentos históricos contidos no calendário. Um fato que deve ser contemplado mediante a execução do trabalho das datas comemorativas com as crianças é expor a importância e o significado daquela data para o contexto em que o aluno se encontra inserido.

O planejamento baseado em aspectos do desenvolvimento se preocupa com o desenvolvimento da criança nas áreas afetivas, psicomotoras, cognitivas e sociais. Ele parte do pressuposto que para elaborar os objetivos e atividades, é necessário estimular as crianças nas áreas consideradas importantes. Esse tipo de planejamento é avançado em relação aos outros acima citados, pois é focando na criança que se inicia o processo. E por fim, o planejamento baseado em temas é feito com base em temas geradores, para depois preverem-se as atividades que serão feitas com os alunos em torno do tema.

3.1.1 O planejamento na pré-escola

A Lei de Diretrizes e Bases vigente divide a Educação Infantil em duas etapas, aquela que é oferecida em creches, para crianças de zero a três anos, e aquela ofertada na pré-escola para crianças com idade de quatro e cinco anos.

O ato de planejar a educação pré-escolar envolve diversos aspectos, e deve estar contemplado nos documentos oficiais que norteiam e caracterizam a missão de determinada escola, inclusive no PPP, não sendo de obrigação apenas do educador, mas de todos os profissionais responsáveis pela educação naquele espaço, podendo o planejamento coletivo ocorrer nos períodos determinados pela própria instituição.

O planejamento pedagógico dentro da pré-escola é uma atitude crítica do educador diante de sua função social. Ele é baseado em listas de atividades, em

datas comemorativas, em aspectos do desenvolvimento do aluno, em temas e também, em conteúdos organizados por áreas de conhecimento.

Trabalhar com crianças de quatro e cinco anos não é tarefa fácil para os educadores, porém, a realização de como sistematizar, organizar e registrar os dados obtidos no papel pode até ser missão cumprida mas, levar isso para a transformação da realidade é o que muitos professores não conseguem fazer.

Ao se planejar dentro da pré-escola o educador tem que se programar, traçar metas, documentar sua proposta de trabalho e torná-la um instrumento que irá orientar a prática pedagógica. Infelizmente, ainda existem aqueles que não agem assim, apenas chegam à sala de aula e agem no improviso.

O planejamento deve ser assumido pelo professor no dia a dia como um processo de reflexão, por tanto não se limita a ser apenas um papel preenchido, envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho.

> O planejamento, sem dúvida, pode colocar-se como instrumento teórico-metodológico para intervenção na realidade. Todavia, mais do que um instrumento ou ferramenta queremos apontar para a possibilidade de entendermos e vivenciarmos o planejamento como *Méthodos* de Trabalho do educador, qual seja, como postura [...], como forma de organizar a reflexão e a ação, como estratégia global de posicionamento diante da realidade. (VASCONCELOS, 2006, p. 75, grifo do autor).

Ao se planejar na pré-escola espera-se que o educador transforme a parte burocrática em algo que seja real, concreto, em aprendizagens para ambas as partes, levando em conta a realidade do indivíduo, ou seja, transformar a teoria em prática. É nesse sentido que o educador deve executar o trabalho pedagógico dentro da sala de aula relacionando o proposto ao real, ao existente.

Na organização do trabalho docente os cadernos de registro diário das atividades dão ao educador infantil uma visão ampla do desenvolvimento de seus alunos no decorrer do tempo, dos resultados já obtidos, do que precisa ser repensado e novamente planejado.

Nesse sentido de acordo com Lopes (2009, p. 115):

> [...] Neles aparecem as atividades, os educandos, o professor, o movimento vivenciado pelo grupo na construção do conhecimento, o processo de ensinar, de aprender e de aprender enquanto se ensina. Lendo os relatos, podemos reviver situações, acontecimentos, falas e gestos trazidos à lembrança por meio do registro, momentos selecionados entre outros e interpretados à luz do presente.

Os resultados obtidos na educação pré-escolar através do ato de planejar e contemplados no caderno de registros diários são de suma importância para o

processo uma vez que caracteriza a realidade existente, apontando caminhos para a realidade que almeja.

O RECNEI é um documento que também auxilia o professor na preparação do planejamento pré-escolar, que coordena a ação docente e auxilia a execução do trabalho realizado em sala de aula com alunos de quatro e cinco anos.

4 PLANEJAMENTO NA PRÉ-ESCOLA JARDIM CIRANDINHA

A pesquisa de campo foi realizada na pré-escola Jardim Cirandinha, escola da rede pública, situada na zona urbana do município de Chapadinha – MA, envolvendo os aspectos qualitativos de caráter descritivo, baseada na análise dos dados obtidos mediante a aplicação de questionários para 09 (nove) professoras[1], realização de entrevistas com a gestora e a supervisora e observações dos tipos de planejamentos e planos existentes na pré-escola.

A pesquisa de campo para Vergara (2013 p. 43): "é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observações".

Para Marconi e Lakatos (2011, p. 80) a entrevista "[...] é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados [...]". Já o questionário segundo as autoras "[...] é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 86).

A escola mencionada foi alvo desta pesquisa por apresentar um público oriundo de camadas populares. Desejou-se saber como ocorre o processo de planejamento direcionado à educação de crianças entre quatro e cinco anos cuja realidade social e econômica é desfavorável.

Sabe-se que o ato de planejar no espaço escolar é tarefa indispensável. No que se refere ao planejamento na pré-escola desde o mais complexo ao mais simples, que demanda menos tempo, possibilita aos profissionais responsáveis pela educação e desenvolvimento das crianças no espaço uma visão sistematizada do que fazer, inclusive, do seu "que fazer" pedagógico de forma a guiar as ações futuras e ampliar a possibilidade de aprendizagem dos alunos. Na pré-escola Jardim Cirandinha a realidade não é muito diferente.

De acordo com a análise de alguns documentos da escola e conversa com professoras e demais profissionais foi possível perceber que o planejamento na pré-escola mencionada ocorre de fato e é entendido como um instrumento necessário à prática docente pela maioria das professoras.

[1] Usa-se o gênero feminino de forma generalizada porque o quadro docente da escola é ocupado exclusivamente por mulheres.

Ocorrendo de forma coletiva a cada bimestre, e individual por parte das educadoras semanalmente, em forma de rotina analisada pela supervisora que também auxilia as educadoras no decorrer do processo de elaboração. Segundo as professoras, essa rotina auxilia no processo educativo na medida em que norteia o trabalho pedagógico e garante ao professor maior autonomia e domínio de suas ações no espaço da sala de aula.

4.1 A escola campo

O Jardim Cirandinha é um estabelecimento de ensino que atende crianças de quatro e cinco anos de idade, o que se compreende como segunda etapa da Educação Infantil, a pré-escola.

A instituição foi criada no dia 04 de Abril de 1970, pela Lei nº 360, tendo como primeiro local de funcionamento o Centro Artístico dos Operários de Chapadinha funcionando apenas no turno matutino com aproximadamente 200 alunos. A escola possuía somente duas salas grandes e uma pequena, pois não havia divisórias. Posteriormente, passou a funcionar na Rua Celina Araújo, próximo à Praça São Raimundo, com estrutura física precária.

Devido às reivindicações da população, e dos próprios professores, os gestores públicos da época transferiram a escola para um prédio alugado situado na Avenida Vitorino Freire, Bairro Terras Duras, nº 1027, local onde a escola funciona desde 2011 até os dias de hoje.

A escola atualmente dispõe de uma estrutura física composta de 01 (uma) secretaria, 08 (oito) salas de aulas, 01 (um) depósito, 01 (uma) cantina, 01 (uma) área (pequena) e 06 (seis) banheiros adaptados conforme a faixa etária das crianças.

O quadro atual de profissionais da escola no ano de 2015, segundo informações da gestora, está constituído de: 01 (uma) gestora com graduação em Pedagogia e pós-graduada em Gestão e Supervisão; 01 (uma) supervisora pedagógica com licenciatura plena em Pedagogia; 04 (quatro) auxiliares de serviços gerais, 04 (quatro) vigias e 02 (duas) agentes administrativas.

A escola dispõe de 20 (vinte) professoras, 03 (três) com Magistério em nível médio; 01 (uma) com formação em Letras; 01 (uma) licenciada em Geografia;

15 (quinze) com formação em Pedagogia. Destas apenas 09 (nove) se dispuseram a participar da pesquisa, as demais não devolveram o questionário, mesmo com insistência, houve também aquelas que se recusaram a recebê-lo.

4.1.1 O Projeto Político Pedagógico da escola campo

Sabe-se que o PPP (Projeto Político Pedagógico) é um documento elaborado pelos profissionais de determinada instituição de ensino com a participação do conselho escolar, e representações de todos os seguimentos da comunidade com o intuito de nortear a prática educativa no espaço. Ele apresenta um caminho a ser percorrido em determinado espaço de tempo, podendo ser reformulado de acordo com as necessidades que forem surgindo no decorrer do percurso.

O atual PPP do Jardim Cirandinha foi elaborado em 2010 passando por pequenas reformulações nos anos subsequentes, 2011 e 2012. O documento apresenta informações referentes à escola com relação à sua estrutura física, trajetória, quadro de profissionais atuantes, objetivos a serem atingidos em curto, médio e longo prazo, as políticas e estratégias de ensino, organização curricular, entre outros.

Ele diz ainda que a escola tem como missão oferecer aos educandos oportunidades de ampliar seus conhecimentos e habilidades favorecendo um ambiente de socialização, levando em conta os aspectos cognitivos, emocionais, afetivos, psíquicos, valorizando o lúdico através de atividades intencionais propiciando uma educação de qualidade (CHAPADINHA, 2010).

Analisando a realidade sociocultural da escola descrita no PPP, convêm mencionar que os alunos são em boa parte, filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, vendedores autônomos e de algumas famílias que sobrevivem com a ajuda de benefícios do Governo Federal. Situação que dificulta o acompanhamento nas atividades quando desenvolvidas e promovidas no horário de funcionamento da escola. O grupo de pais dos alunos é composto em sua grande maioria por jovens e poucos são analfabetos.

4.2 Análise dos dados da pesquisa

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram aplicação de questionários com perguntas abertas, para 09 (nove) professoras, 05 (cinco) no turno matutino, sendo duas do primeiro período e três do segundo; 04 (quatro) no turno vespertino, duas do primeiro período e duas do segundo; e entrevista com 01 (uma) gestora e (01 (uma) supervisora para avaliar a prática do planejamento.

Infelizmente, nem todas as professoras se dispuseram a participar da pesquisa (mais de 50%), o que, de certa forma, pode não ter permitido uma visão geral de como acontece o planejamento na Pré-Escola Jardim Cirandinha, entretanto, buscou-se com os dados disponíveis, fazer uma análise fiel da realidade observada.

A investigação de informações na referida escola se deu com o intuito de analisar como é feito o planejamento na educação pré-escolar nesta unidade de ensino; observou-se ainda como ocorre o seu processo, se existe participação da gestão, bem como da supervisão, e seu efeito sobre a educação das crianças enquanto instrumento pedagógico auxiliador da prática docente, carecendo de continuidade, flexibilidade e uma ampla reflexão crítica.

No decorrer deste tópico descrevem-se as respostas dadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa seguida de análise e algumas com embasamento teórico. As professoras foram classificadas em “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H” e “I” para melhor compreensão das respostas. As professoras “A”, “B”, “C” e “D” atuam no primeiro período, as professoras “E”, “F”, “G”, “H” e “I” trabalham com o segundo período. Elas possuem entre 30 e 59 anos de idade. A gestora tem 43 anos de idade e a supervisora 28 anos.

O quadro a seguir apresenta o tempo de profissão de cada uma das envolvidas na presente pesquisa, bem como sua formação:

Quadro 1: Tempo de atuação e formação

Sujeitos da pesquisa	Tempo de profissão	Formação
Professora “A”	26 anos	Pedagogia
Professora “B”	02 anos	Pedagogia
Professora “C”	14 anos	Magistério
Professora “D”	*Não respondeu	Magistério
Professora “E”	22 anos	Magistério

Professora "F"	05 anos	Pedagogia
Professora "G"	14 anos	Pedagogia
Professora "H"	17 anos	Pedagogia
Professora "I"	30 anos	Pedagogia
Gestora	05 anos (na gestão)	Pedagogia
Supervisora	07 meses	Pedagogia

Fonte: dados da pesquisa

A gestora e a supervisora concederam as informações em forma de entrevista. Elaborou-se um roteiro de entrevista destinado a elas. As respostas foram concedidas através de gravação, em seguida foram transcritas. Ambas responderam as mesmas perguntas para uma análise da relação entre as respostas.

Indagadas sobre a importância do planejamento escolar, responderam que:

Quadro 2: Importância do planejamento escolar

Gestora	*"É de grande importância na escola, pois através dele, os professores programam suas atividades".*
Supervisora	*"É de suma importância o planejamento escolar, pois direciona o trabalho do professor, define metas e objetivos no processo de ensino e aprendizagem".*

Fonte: dados da pesquisa

Tanto a gestora quanto a supervisora afirmam que o planejamento possui grande relevância no espaço da escola pois, permite o direcionamento das metas e objetivos das atividades realizadas de forma a influenciar no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Menegolla e Sant'Anna (2012, p. 28): "A educação não pode ser desenvolvida sem uma meta, sem um caminho que a direcione para o seu fim essencial [...]". Planejar a educação ou o processo educacional não se limita apenas a estabelecer objetivos. É preciso criar alternativas coerentes e diversificadas para atingi-los.

Indagadas sobre a forma como acontece o planejamento na escola em que atuam deram as seguintes respostas:

Quadro 3: Como acontece o planejamento na escola

Gestora	*"Ele é feito bimestralmente. No dia do planejamento os alunos são liberados mais cedo. Os professores trazem livros e revistas. A supervisora e eu ajudamos os professores no planejamento sempre partindo da realidade dos alunos e, a partir daí, elas fazem suas rotinas semanais".*
Supervisora	*"O planejamento acontece bimestralmente no final de cada período, com a*

	aplicação do teste diagnóstico para as crianças, e no dia do planejamento direcionamos o trabalho em cima das dificuldades das crianças, traçamos metas e objetivos".

Fonte: dados da pesquisa

As duas entrevistadas disseram que o planejamento é coletivo feito entre elas e as professoras, sendo realizado bimestralmente partindo da realidade e dificuldade dos alunos, e assim, segundo a gestora, as educadoras realizam suas rotinas.

Faz-se relevante mencionar aqui que quase todas as envolvidas na pesquisa dizem que o planejamento é feito a partir da realidade dos alunos e seu grau de desenvolvimento, porém, a supervisora é a única a descrever como fazem para saber o nível de desenvolvimento das crianças que é baseado na aplicação de testes diagnósticos para as crianças ao final de cada bimestre.

Segundo Gandin (2010, p. 90): "O diagnóstico é um juízo sobre a realidade [...]". Através desse instrumento avaliativo, o professor pode ter uma visão clara da realidade para, a partir dela, buscar novas alternativas.

Sobre a necessidade do planejamento para a pré-escola, responderam da seguinte forma:

Quadro 4: Necessidade do planejamento na pré-escola

Gestora	*"Não é necessário só na pré-escola. Não se faz educação sem planejamento. Muitas pessoas acham que deve ser fácil trabalhar com crianças por não saberem de nada, mas é preciso planejar para a escolha de metodologias e atividades que chamem atenção delas".*
Supervisora	*"É necessário planejar na pré-escola, pois direciona o trabalho do professor com métodos e técnicas específicos com as dificuldades dos alunos. E o mesmo é flexível".*

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que ambas dão real significado ao ato de planejar na pré-escola e na educação como um todo. Este ato permite a elaboração de metodologias atrativas para os alunos, contemplando as especificidades de cada um.

As professoras da Educação Infantil precisam planejar o desenvolvimento das atividades com coerência e métodos diversificados, uma vez que a criança não consegue demonstrar interesse e nem prender-se àquilo que não lhe atrai, dispersando sua atenção em coisas paralelas rapidamente.

A gestora afirma ainda que existem pessoas que dizem ser fácil trabalhar na Educação Infantil, pois são crianças que não sabem de nada. No entanto, esse é um nível da educação básica que exige muito do educador, ele precisa conhecer as especificidades dos alunos, e se ele se propõe a exercer um trabalho de qualidade, sentirá a necessidade de planejar suas atividades para garantir um processo de ensino e aprendizagem significativo, pois até o simples ato brincar deve estar vinculado aos aspectos educativos e com objetivos a serem alcançados.

Porém, para que esse planejamento ocorra de forma satisfatória, o educador infantil precisa contar com o apoio de profissionais competentes e comprometidos com a formação cidadã.

Perguntadas sobre a avaliação do quadro de professores em relação ao planejamento, responderam:

Quadro 5: Avaliação dos professores quanto ao planejamento

Gestora	*"Muito bom, todas elas sabem planejar, tem bastante experiência. O pontapé inicial é dado aqui na escola para tirar dúvidas, expor opiniões, e, daí, é feita a rotina. A gestão e a supervisão sempre acompanham para verificar se as rotinas estão sendo aplicadas na sala de aula".*
Supervisora	*"Com relação aos professores quanto ao planejamento, todos procuram desenvolver seu plano com métodos e estratégias diversificadas. Fazem semanalmente a rotina".*

Fonte: dados da pesquisa

Gestora e supervisora afirmam que as professoras sabem a importância de planejar, utilizando-se de métodos e estratégias variadas a partir do diálogo e depois, elas criam a rotina. Segundo a gestora as educadoras têm bastante experiência. Percebeu-se na fala da gestora que ambas fazem o acompanhamento para verificar se os planos elaborados estão sendo ou não executados na prática.

No que se refere ao assunto Lück (2009, p. 86) diz que: "a viabilidade de um plano [...] diz respeito à sua capacidade de aplicação e de implementação, que corresponde à sua condição de ser [...] praticável, dentro do escopo de tempo previsto [...]".

Indagadas sobre sua contribuição para o desempenho dos professores na elaboração e execução do planejamento, as entrevistadas afirmaram:

Quadro 6: Contribuição na elaboração e execução do planejamento

Gestora	*"Eu acredito que contribuo de forma positiva, pois faço o que estiver ao meu alcance para que o planejamento aconteça, apresento soluções diante dos problemas".*
Supervisora	*"De acordo com o diagnóstico realizado traçamos metas, estratégias, sugestões de atividades, jogos junto com as professoras no planejamento e durante a semana de acordo com a rotina, quando há necessidade, intervenho com sugestões didáticas que melhore o ensino e aprendizagem da criança".*

Fonte: dados da pesquisa

Verifica-se que, conforme os relatos das entrevistadas, o planejamento é realizado de forma coletiva fazendo intervenções sempre que necessário, apresentando às educadoras alternativas e soluções diante de situações problemas, com o intuito de melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Para intervir em uma dada realidade é preciso conhecê-la, não apenas apresentar soluções, mas saber se as soluções apresentadas surtiram efeitos, é preciso considerar o que o outro diz, pois trabalhar coletivamente requer o engajamento de todos e não apenas de alguns. Expor opiniões não significa excluir as dos outros, mas sim, uni-las para chegarem a um objetivo comum.

Observou-se na pré-escola pesquisada que as professoras sentem-se mais dispostas e motivadas a realizarem o planejamento, a figura da gestora e supervisora, principalmente a supervisora, passa às educadoras maior segurança, pois vêm nela uma profissional auxiliadora, comprometida e envolvida com o processo de planejamento.

Sobre a relevância do Projeto Político Pedagógico na escola, disseram:

Quadro 7: Relevância do Projeto Político Pedagógico

Gestora	*"É de grande importância. É o marco teórico da escola, ele aborda o tipo de clientela e a realidade em que a escola se encontra, é o plano maior da escola".*
Supervisora	*"É importante, pois norteia as ações da escola, direciona o trabalho da equipe escolar".*

Fonte: dados da pesquisa

Na análise das respostas, ambas conhecem o valor do documento, pois segundo a supervisora, ele norteia as ações da escola possibilitando o direcionamento da equipe escolar. A gestora, por sua vez, enfatiza que o PPP diz

que tipo de aluno a escola tem e a realidade em que cada um está inserido, sendo o plano mais importante de uma escola.

Apesar das entrevistadas conhecerem a importância do documento para o bom funcionamento da instituição, percebe-se a pouca relevância dada ao projeto, pois o último PPP da pré-escola tem a data de 2010, passando por pequenas reformulações nos anos de 2011 e 2012 (É importante ressaltar aqui que a supervisora trabalha na escola há sete meses e a gestora há cinco anos).

As entrevistadas esclareceram durante conversa informal que o documento está sendo reconstruído por elas em parceria com as professoras. No que se refere à participação da comunidade no processo de planejar falou-se, também nessa possibilidade para um futuro próximo.

Para Veiga (2000, p. 13) o Projeto Político Pedagógico deve ser considerado "[...] como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade [...]".

O foco da educação é transformar a realidade da sociedade. Pensar em um modelo de planejamento que não leve em conta as opiniões de todos os envolvidos suscita sua fragmentação. Segundo Menegolla e Sant'Anna (2012, p. 60): "Planejar a educação ou o ensino para as pessoas não é decidir a vida para as pessoas, mas é, juntamente com elas descobrir uma melhor forma de vida para elas".

As professoras deram as informações em forma de questionário. Ao serem questionadas sobre a importância do planejamento escolar, deram as seguintes respostas:

Quadro 8: Importância do planejamento escolar

Professora "A"	*"O planejamento é importante porque orienta o trabalho do professor no sentido de direcionar um caminho".*
Professora "B"	*"O planejamento escolar é uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento da prática pedagógica na sala de aula".*
Professora "C"	*"Para que o professor faça um bom trabalho em sala de aula é de suma importância o planejamento".*
Professora "D"	*"É muito importante para nós professores trabalharmos melhor nossos conteúdos no dia a dia escolar".*
Professora "E"	*"O planejamento é importante por orientar o trabalho do professor".*
Professora "F"	*"Sem planejamento fica difícil o professor conseguir obter êxito em seu trabalho".*

Professora "G"	*"O planejamento nos ajuda a definir e organizar as atividades que coloremos em prática para alcançarmos nossos objetivos".*
Professora "H"	*"É de fundamental importância pois, o planejamento é o que norteia o trabalho do professor."*
Professora "I"	*"É o rumo, é o norte, é o direcionamento no qual você pretende traçar para melhorar a atuação e, por conseguinte, o ensino e a aprendizagem".*

Fonte: dados da pesquisa

Ao fazer a análise das respostas dadas pelas professoras referente a essa questão foi possível perceber que elas reconhecem, mesmo que superficialmente, a importância do planejamento para sua prática educativa enquanto instrumento norteador do processo pedagógico de forma a auxiliar na aprendizagem dos alunos no espaço escolar.

De acordo com Gandin (2009, p.20): "Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para aproximar uma realidade a um ideal". Através do ato de planejar o professor tem à sua frente metas e objetivos para serem atingidos partindo da realidade em que ele e seus alunos se encontram inseridos a fim de se aproximarem da transformação social, função principal do educador e da educação.

Quadro 9: Como é feito o planejamento na escola

Professora "A"	*"O planejamento é feito por bimestre e a cada semana é feita a rotina, onde registramos tudo o que será trabalhado durante a semana".*
Professora "B"	*"O planejamento é feito com frequência. Geralmente o supervisor escolar nos direciona em alguns pontos importantes. Os professores se reúnem em um horário exclusivo para a realização do mesmo".*
Professora "C"	*"A cada período a supervisora comunica a diretora e professores dois dias antes para que tragam livros e estudarem o tema".*
Professora "D"	*"De forma coletiva, trocando ideias com o corpo docente".*
Professora "E"	*"É feito por bimestre. E a cada semana é feito a rotina que registramos tudo o que é trabalhado durante a semana".*
Professora "F"	*"Esse ano temos a supervisora que nos reúne a cada bimestre e orienta como fazer".*
Professora "G"	*"O primeiro passo é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos identificar o que faremos para alcançar os objetivos e quais recursos precisamos para colocar nosso plano em ação".*
Professora "H"	*"De forma coletiva para o desenvolvimento dos projetos e individual de acordo com a realidade de cada turma".*
Professora "I"	*"Dentro do coletivo, discutindo e analisando as ações para que possamos, conscientemente, agir e buscar resultados positivos em nossas atividades".*

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com as respostas apresentadas foi possível perceber que o planejamento na pré-escola pesquisada ocorre de forma coletiva entre todas as educadoras, a gestora e a supervisora que auxiliam no processo de planejar. Sendo possível perceber a importância da participação da supervisora para a elaboração do ato de planejamento.

Confirmando as respostas da gestora e da supervisora, as professoras "A", "E" e "F" também afirmam que o planejamento coletivo ocorre apenas a cada bimestre. Esse tipo de planejamento envolvendo a coletividade deveria ocorrer com mais frequência, pois nesses encontros as professoras têm a oportunidade de dialogarem sobre os desafios a serem enfrentados, o grau de desenvolvimento de seus alunos, o que está funcionando e o que necessita ser reformulado visto que a sociedade e os próprios alunos estão em constante transformação.

Semanalmente as educadoras elaboram suas rotinas, contendo o que irão trabalhar no decorrer da semana contando sempre com a ajuda da supervisora que se faz presente na escola duas vezes por semana. A rotina se caracteriza como uma importante ferramenta pedagógica para auxiliar o fazer pedagógico do educador infantil, uma vez que lhe apresenta uma visão real, ampla e concreta da realidade, de forma a norteá-lo durante as atividades desenvolvidas com as crianças no espaço da sala de aula. Ela "[...] deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagem orientadas [...]". (BRASIL, 1998, p. 54).

Sobre a necessidade do planejamento para pré-escola, responderam da seguinte forma:

Quadro 10: Necessidade do planejamento na pré-escola

Professora "A"	*"O planejamento é necessário em qualquer modalidade de ensino. Se faz necessário na pré-escola porque escolhemos os conteúdos, selecionamos os procedimentos e listamos os recursos que irão ser utilizados".*
Professora "B"	*"É necessário por vários motivos. Primeiramente, o professor precisa ter um objetivo e esse é definido a partir do planejamento. Na pré-escola é preciso planejar porque é nessa etapa onde os alunos são moldados para as séries seguintes".*
Professora "C"	*"Para que os alunos tenham mais conhecimentos e valorizem as aulas dadas".*
Professora "D"	*"Porque é um processo de racionalização, organização e coordenação da atividade do professor".*
Professora "E"	*"O planejamento é necessário para todos os níveis de ensino".*
Professora "F"	*"Não só para pré-escola é necessário você fazer planejamento. Ele é*

	necessário e fundamental."
Professora "G"	*"O primeiro ponto importante é planejar as ações que se vai trabalhar para a melhoria e qualidade na educação infantil maiores serão os ganhos para as crianças, para a sociedade e para a educação brasileira".*
Professora "H"	*"Porque o planejamento é quem determina o trabalho do professor, em qualquer nível de ensino".*
Professora "I"	*"Não só para pré-escola, mas dentro de todas as etapas da educação, como também em nossa vida cotidiana".*

Fonte: dados da pesquisa

As professoras "A", "E", "F" "H" e "I" enfatizam que o planejamento é necessário para todas as etapas do ensino, o que é verdade, porém sentiu-se a necessidade do aprofundamento sobre os principais objetivos e relevância do planejamento voltado para a pré-escola.

A professora "B" disse que o planejamento na pré-escola é importante por vários motivos, e é nessa fase que os "alunos são moldados para as séries" posteriores. No entanto, pensar o planejamento na educação pré-escolar por essa linha de raciocínio pode levá-lo ao fracasso, uma vez que o ato de planejar deve nortear o trabalho do educador de forma a dar significado á aprendizagem dos alunos e não simplesmente "moldá-los".

As crianças são seres inteligentes, curiosos e capazes de adquirir conhecimentos rapidamente, por conta disso, possuem um rico acervo de conhecimentos prévios que devem ser valorizados pelo professor. No momento do planejamento as aulas devem considerar as capacidades e individualidade de cada criança.

De acordo com o RECNEI "[...] isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, as demandas do grupo e as individualidades de cada criança". (BRASIL, 1998, p. 32).

Ao serem questionadas se levam em consideração a realidade do aluno durante o planejamento, as respostas foram:

Quadro 11: É considerado a realidade do aluno no planejamento?

Professora "A"	*"Sim. Todas as informações trazidas pelas crianças devem ser valorizadas, até para que elas consigam fazer uma análise sobre o que sabem antes do assunto trabalhado e o que conseguiram ampliar, construir com o desenvolvimento do assunto".*

Professora "B"	*"Sim. É feita uma avaliação diagnóstica para sabermos qual a realidade dos alunos (família, conhecimentos prévios, dentre outros)".*
Professora "C"	*"Sim. Pois o professor tem que conhecer muito bem a realidade de cada criança na hora de fazer o plano escolar".*
Professora "D"	*"Sim. Através das tarefas mimeografadas, trabalhando histórias, músicas, fichas e o seu dia a dia".*
Professora "E"	*"Sim. Todas as informações trazidas pelas crianças devem ser valorizadas, até porque elas fazem parte do nosso dia a dia".*
Professora "F"	*"Realidade de onde vivem? Não. Apenas discutimos, debatemos sobre o grau de cada um, o que já sabem e o que fazer para melhorar a aprendizagem".*
Professora "G"	*"Sim. Buscando soluções para ajudar cada um e facilitando a aprendizagem*."
Professora "H"	*"Sim. Detectando as dificuldades de cada aluno e, assim, buscando estratégias de ensino que possam atender as necessidades de aprendizagem dos educandos."*
Professora "I"	*"Sim. O aluno tem que ser sujeito do processo e através de suas experiências que ele cria, recria, constrói, na sua fantasia imagina e constrói sua identidade."*

Fonte: dados da pesquisa

A maior parte das professoras afirmaram que durante o processo de planejar leva-se em consideração a realidade dos alunos. Para que isso aconteça de fato, é preciso fazer uma sondagem sobre o meio familiar, o lugar onde as crianças vivem, para a partir daí fazerem seu planejamento.

Disseram ainda que valorizam as informações trazidas pelos alunos, um pressuposto ideal para a significação do planejamento pois, sabe-se que a criança ao chegar à escola possui uma gama variada de conhecimentos oriundos do senso comum que pode ser aproveitada durante as aulas.

Apenas uma das professoras pesquisadas disse não considerar a realidade dos alunos ao planejar e que simplesmente debate o grau de conhecimento de cada um, mas não especificou como faz para determinar o grau de desenvolvimento deles. Boa parte dos conhecimentos que os alunos têm ao chegarem à pré-escola surge do convívio familiar, da comunidade em que estão inseridos, e sabe-se que é dever do educador conhecer a realidade da comunidade em que atua, sendo difícil avaliar o nível de conhecimento da criança desvinculado de sua realidade.

De acordo com Vasconcelos (2006, p. 107):

> O conhecimento da realidade do aluno é essencial para subsidiar o processo de planejamento numa perspectiva dialética. Devemos ter em

> conta o aluno real, de carne e osso que efetivamente está na sala de aula, que é um ser que tem suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento [...], quadro de significações, experiências anteriores [...], sendo bem distintos daquele aluno ideal, dos manuais pedagógicos [...] ou do sonho de alguns professores.

O professor não pode simplesmente ignorar a realidade do aluno ao planejar e organizar as atividades destinadas a eles, uma vez que ele é o sujeito do processo educativo, as ações devem estar centradas nesse aluno real de forma a considerar suas vivências na comunidade e nos demais espaços que faz parte, como igrejas e demais grupos sociais.

Indagadas sobre a forma como a gestão/supervisão contribui no processo de planejamento na escola, foram dadas as seguintes respostas:

Quadro 12: Como a gestão/supervisão contribui no processo de planejamento

Professora "A"	*"Contribui de maneira significativa com o planejamento, com informações e orientação, porque o plano de aula está sempre em consonância com as normas da Secretária de Educação".*
Professora "B"	*"A gestão deixa à disposição dos professores uma supervisora que nos ajuda em alguns pontos importantes do planejamento".*
Professora "C"	*"Com reuniões, diálogo e se fazendo presente, dando suas opiniões no planejamento, enfim, trocando ideias com os educadores."*
Professora "D"	*"De forma agradável, expondo ideias enquanto apoiamos a participação de todos".*
Professora "E"	*"Através de orientação e informação, através dessas informações é que contribuímos para um aprendizado mais significativo".*
Professora "F"	*"Quando preciso de orientação, a supervisora sempre me orienta, tira minhas dúvidas".*
Professora "G"	*Não respondeu.
Professora "H"	"Através da realização de diagnóstico, orientação e disponibilidade de recursos didáticos".
Professora "I"	"A gestão não tem muita participação, a supervisão é que reúne coletivamente a cada bimestre".

Fonte: dados da pesquisa

Quando se fala nas contribuições da gestora e da supervisora no processo de planejamento, algumas afirmam que elas estão sempre dispostas a ajudar dando informações e tirando as dúvidas que vão surgindo no decorrer do planejamento embora se perceba que a gestora não aparenta ter participação direta com o processo, em vez disso, a supervisora tem um grau relevante de participação em sua elaboração.

A professora “B” disse apenas que a gestão deixa a disposição da escola uma supervisora que auxilia no momento da elaboração do planejamento. Relacionado essa questão à professora “I”, nota-se que ela afirma que a gestão não tem grande participação e que é a supervisora que se responsabiliza pelo processo de planejar ocorrido a cada bimestre.

Há, portanto, contradição com as afirmações da gestora que afirma ter participação direta com o processo, apresentando soluções aos problemas que forem surgindo e fazendo o possível para que o planejamento ocorra. A professora “G” não respondeu a essa questão e não apresentou nenhuma justificativa.

Os recursos utilizados pelas professoras para realização do planejamento, de acordo com as falas das entrevistadas são:

Quadro 13: Recursos utilizados na realização do planejamento

Professora “A”	*“Livros Didáticos e paradidáticos, textos diversos, etc.”.*
Professora “B”	*“No planejamento trocamos experiências uns com os outros, utilizamos recursos audiovisuais como vídeos, textos, etc.”.*
Professora “C”	*“Livros didáticos, textos diversos, calendário escolar, agenda, e etc.”.*
Professora “D”	*“Utilizamos: livros, jogos educativos, fichas, cartazes, atividades mimeografadas, etc.”.*
Professora “E”	*“Quando planejamos organizamos todas as ações e criatividade de que precisamos”.*
Professora “F”	*“Como as disciplinas em que eu atuo (Projeto e Inglês) não possuem material próprio na escola, eu mesma me viro. Uso livros, notebook, revistas, etc.”.*
Professora “G”	*Não respondeu.
Professora “H”	“Livros didáticos e paradidáticos. Textos de diferentes gêneros.”
Professora “I”	“Livros paradidáticos, plano de curso e livro didático.”

Fonte: dados da pesquisa

Ao fazer análise das respostas dadas pelas professoras no que se refere aos recursos utilizados para planejar percebe-se que os recursos são em sua grande maioria os mesmos, como textos diversificados, livros didáticos e paradidáticos. A professora “F” disse fazer uso de *notebook*, pois não tem recursos disponíveis na escola em todas as áreas, como Inglês, por exemplo. A professora “E” não especificou nenhum recurso concreto, apenas mencionou na questão da criatividade, e a professora “I” disse fazer uso do plano de curso. Apenas uma das envolvidas na pesquisa não respondeu ao questionamento referente aos recursos.

Os recursos utilizados para realizar o planejamento possuem grande relevância durante a elaboração uma vez que eles subsidiam o processo. Eles

enriquecem o ato de planejar na medida em que oferecem fundamentação aos seus executores.

No momento do planejamento é necessário que o professor busque diversas fontes para incrementar os conteúdos a serem trabalhados não esperando apenas pelos oferecidos pelo sistema, ele precisa ser pesquisador, pois segundo Freire (1996, p. 29): “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]”. O professor pesquisador busca o conhecimento e isso por sua vez deve fazer parte da sua prática.

Questionadas sobre a influência do planejamento na aprendizagem dos alunos, responderam:

Quadro 14: Influência do planejamento na aprendizagem dos alunos

Professora “A”	*“A organização, sistematização dos conteúdos e atividades permitem ao educador trabalhar melhor influenciando na aprendizagem das crianças”.*
Professora “B”	*“O planejamento reflete no grau de desenvolvimento dos alunos. Se os mesmos estão atingindo o objetivo de cada planejamento realizado”.*
Professora “C”	*“O planejamento é fundamental na educação escolar para o melhor desenvolvimento do professor e aprendizagem dos alunos”.*
Professora “D”	*“Um bom aprendizado. Porque através dos conteúdos os alunos aprendem a se expressar através de palavras”.*
Professora “E”	*“A organização é sistematizada pelos conteúdos e permite alcançar a aprendizagem das crianças”.*
Professora “F”	*“Para eu poder fazer um planejamento preciso saber como estão os alunos, para isso faço uma sondagem, depois disso faço o planejamento de acordo com a turma e atividades diferenciadas”.*
Professora “G”	*“Dificilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começa. Há coisas que acontecem como previsto e outras que nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo. É preciso estar atento, corrigindo o que está dando errado e observando o que muda para melhor”.*
Professora “H”	*“Sim, pois organizado com metas a serem alcançadas faz toda diferença no rendimento que se deseja atingir”.*
Professora “I”	*“Todo planejamento tem um retorno satisfatório, ele amplia a aprendizagem de forma sequencial, encontra maior segurança para caminhar, seguir em frente, e interferir nas dificuldades encontradas”.*

Fonte: dados da pesquisa

Com relação ao questionamento mencionado acima percebe-se que maior parte das educadoras pesquisadas conhecem a importância do planejamento para o ensino e a influência que ele exerce sobre a aprendizagem dos alunos.

Porém, sentiu-se a necessidade de explorarem mais sobre como esse planejamento pode auxiliar na aprendizagem das crianças. Percebe-se que as respostas das professoras “F” e “G” estão desconexas do que se objetivou saber com a indagação.

Dependendo do planejamento as influências sobre a aprendizagem do educando podem ser negativas ou positivas. O professor que planeja sua prática de forma adequada considerando a realidade do aluno e as especificidades de cada um para partir em busca de conteúdos e métodos contextualizados tem grandes chances de ver o seu trabalho influenciar a vida do aluno de forma positiva. Já o planejamento elaborado sem conexão direta com a realidade dos educandos provavelmente não surtirá efeitos significativos.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem conhecimentos sobre o planejamento e seus benefícios para a vida escolar dos educandos visto como um direcionador de metas e objetivos a serem alcançados em prazos estabelecidos, porém, precisa ser dado um grau de maior relevância ao planejamento que vai além das palavras, devendo ser olhado como um instrumento capaz de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem.

Os conhecimentos teóricos das envolvidas na pesquisa são relevantes ao processo de planejar, porém apenas a teoria não trará efeitos significativos. É imprescindível que o planejamento seja de fato vivenciado na prática e que ele propicie aos alunos um ensino carregado de significados. É necessário que se queira mudar! O planejamento auxilia nas transformações a partir do momento em que os sujeitos buscam essas mudanças.

Ao fazer a análise das respostas coletadas e das conversas informais com algumas percebeu-se que tiveram aquelas que copiaram as respostas das outras colegas em algumas das questões devido às semelhanças entre o que responderam.

Sentiu-se, ainda, a necessidade na pré-escola de um ambiente adequado para a realização do planejamento que ocorre de forma coletiva, pois ele ocorre na sala da diretoria onde também funciona a secretaria e a sala de professores.

5 CONCLUSÃO

É a partir da educação que se transforma a sociedade visando a sua expansão nos aspectos sociais, culturais e econômicos. Somente através dela é que se cria alternativas para o homem agir e transformar a realidade em que vive. Assim, precisa-se projetar uma educação de qualidade que atenda aos anseios do mundo contemporâneo. Porém, para que isso ocorra é necessário que haja o engajamento de todos que fazem educação.

O planejamento auxilia a partir do momento em que se analisam as possibilidades e se estabelecem metas. Pode-se concluir, a partir dos estudos bibliográficos e análise de dados coletados na pesquisa de campo que, o ato de planejar no espaço educativo é de suma importância para atuação docente, pois ampara o trabalho pedagógico, permitindo a transformação dos alunos.

A pesquisa realizada na Pré-escola Jardim Cirandinha trouxe uma ampla compreensão de como se dá o planejamento educacional na pré-escola que ocorre de forma coletiva a cada bimestre entre as professoras, gestora e supervisora. As educadoras organizam as rotinas das atividades semanalmente de forma individual com acompanhamento da supervisora.

Os resultados adquiridos com a pesquisa de campo foram de grande valia, uma vez que supriu as necessidades a princípio estabelecidas respondendo indagações inquietantes conforme explicitados nos objetivos[2] desta. A gestora, a supervisora, bem como as professoras, sabem o real significado do ato de planejar e sua importância para a prática pedagógica, demonstrando preocupação com a realidade do aluno ao elaborar seus planos.

Entretanto, de acordo com o que foi observado durante a pesquisa, isso não é totalmente posto em prática, visto que o PPP da escola já tem 5 anos passando apenas por pequenas reformulações. O ideal seria que este fosse avaliado semestralmente e reformulado a cada novo ano letivo pois os anseios da escola mudam a cada ano junto com sua clientela.

Como sugestão à escola campo pesquisada sugere-se que o planejamento coletivo seja realizado pelo menos uma vez a cada mês, pois sendo ele também um momento de reflexão da prática deve acontecer em prazos mais

[2] Ver introdução.

curtos. Sugere-se também a ampliação do espaço físico em que ocorrem as reuniões de planejamento, e uma maior disponibilização de recursos para o processo de planejamento em todas as áreas. Sabendo que o ato de planejar não se faz somente com papel e caneta, precisa-se de maior disponibilidade destes recursos como forma de auxiliar o educador durante o processo.

O planejamento exerce a função de organizar os dados e metas do educador auxiliando-o na preparação, aprofundamento e desenvolvimento de seus serviços enquanto profissional da pré-escola. Enquanto norteador da ação pedagógica, o planejamento faz-se necessário para o bom andamento de todas as atividades executadas dentro da instituição uma vez que sistematiza e direciona o trabalho dos professores neste nível de ensino.

REFERÊNCIAS

BORGES, Inez Augusto. Johan Heinrich Pestalozzi e suas contribuições para a reflexão sobre a educação cristã. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT2/Inez_Augusto_Borges_II.pdf> Acesso em: 07 mai 2015.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB Passo a passo:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. 2014a. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2015.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9 ed. Brasília, 2014b. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 15 abr 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAPADINHA. **Projeto Político-Pedagógico da Pré-Escola jardim Cirandinha**. Chapadinha: SEMED, 2010.

COSTA, Leila Pessoa da; SANTA BÁRBARA, Rubiana Brasilio. A educação da Criança na Idade Antiga e Média. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2008/pdf/c008.pdf> Acesso em: 07 mai 2015

DALMÁS, Angelo. **Planejamento participativo na escola:** elaboração, acompanhamento e avaliação. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUSARI, José C. **O papel do planejamento na formação do educador**. São Paulo, SE/CENP, 1988.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Planejamento como prática educativa**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida, CALAZANS, Maria Julieta Costa, GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2009. (Coleção questões da nossa época; v. 21).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2008.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **Educação Infantil e registro de práticas**. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Planejamento em orientação educacional**. 21. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Porque planejar? Como planejar? :** currículos, área, aula. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento:** planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Como fazer a escola que queremos**: o planejamento. Caderno de Educação. n. 6. Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil... mais que a atividade. A criança em foco. (2015). Disponível em <http://www.drbassessoria.com.br/29PLANEJAMENTONAEDUCACAOINFANTIL.pdf> Acesso em: 14 abr 2015.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008.

TAVARES, Cacilda Maria da Cruz. De casa para o jardim: desenvolvimento de competências linguísticas e culturais. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010. Disponível em: <https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/1984/1/Cacilda%20TESE.pdf> Acesso em: 07 mai 2015.

VANTI, Elisa dos Santos. Filosofia e Currículo para a infância: alcances do(s) método(s) froebeliano(s) na educação pré-escolar. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/669/605.> Acesso em: 07 mai 2015.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos para elaboração e realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA**,** Ilma Passos Alencastro **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aos professores

Idade: _____ Formação: _____

Tempo de profissão: _____ Turma em que trabalha:_____

1) Para você, qual a importância do planejamento escolar?

2) De que forma é feito o planejamento na sua escola?

3) Porque é necessário planejar na a pré-escola?

4) Ao planejar, você leva em consideração a realidade dos alunos? Como?

5) De que forma a gestão/coordenação contribui no processo de planejamento na sua escola?

6) Ao planejar quais recursos você utiliza para fazê-lo?

7) Para você, como o planejamento influencia na aprendizagem dos alunos? Justifique.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com a gestora e supervisora

Idade:

Formação:

Tempo em que está na gestão/supervisão:

1) Em sua opinião, qual a importância do planejamento escolar?

2) De que forma acontece o planejamento na escola em que você atua?

3) Porque é necessário planejar na a pré-escola?

4) Com relação ao quadro de professores de sua escola, como você os avalia referente à questão do planejamento?

5) Como você contribui para o desempenho dos professores na elaboração e execução do planejamento?

6) Qual a relevância do Projeto Político Pedagógico em sua escola?